

Novas tendências

na expansão dos monocultivos industriais
de árvores na América Latina

Novas tendências

na expansão dos monocultivos industriais de árvores na América Latina

Documento informativo do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)



Índice

Introdução

1. Palma Africana (dendezeiro)

- Honduras: mulheres em luta pela terra em meio à violência e assassinatos
- Honduras: a RSPO contestada em Honduras e na Alemanha
- Brasil: a expansão acelerada do dendê na região amazônica
- Brasil: discurso da “inovação” contrasta com a realidade da vida em condições análogas à escravidão de trabalhadores empregados por um dos fornecedores da Agropalma
- Guatemala: dendê promove nova expulsão de comunidades rurais
- América Central: trabalhadores do dendê na América Central: a experiência da Rel-UITA

2. Plantações na era da Economia Verde: empregos verdes, plantações de ‘nova geração’, plantações para biomassa e carbono

- Trabalho, economia e empregos verdes
- Rejeição à iniciativa do WWF: Projeto de Plantações de Nova Geração
- Biomassa e Bioenergia
- Brasil: o caso da Plantar – o FSC servindo para vender créditos de carbono
- Guatemala: o avanço silencioso dos monocultivos de seringueira e venda de carbono

3. Árvores Transgênicas

- Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

4. A crescente participação do capital financeiro na expansão das plantações

- As plantações monocultoras de árvores no mercado financeiro
- Uruguai: fundos de investimento denunciados por plantação ilegal de árvores em área protegida
- Argentina: Harvard defende suas monoculturas florestais com todas as forças
- Colômbia: plantações florestais colocadas nas bolsas de valores ameaçam a soberania territorial e alimentar

5. Lutar pela terra e pela soberania alimentar

Chile - Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe

Brasil: o manejo comunitário da floresta e do cerrado, em defesa dos territórios e da soberania alimentar

Introdução

Desde os anos 1960, está em curso o maior ciclo de expansão de monocultivos industriais de árvores na América Latina. Com incentivos de governos e bancos nacionais e internacionais, a área de plantações de eucalipto e pinus na América Latina duplicou em tamanho nas últimas três décadas, a partir da ação de empresas nacionais e transnacionais no Brasil, no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Peru, mas também em países como a Venezuela e o Equador. O objetivo principal tem sido produzir madeira para celulose. Em vários países, fábricas de celulose também foram implementadas. Em função das terras e da mão de obra baratas, e de uma produtividade por hectare relativamente alta, a América Latina talvez tenha sido o continente onde o grande capital conseguiu obter mais lucros com a produção de celulose para abastecer os mercados de maior consumo de papel na América do Norte, na Europa e na Ásia.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), que, a partir de 1996, instalou sua sede na América Latina, vem, desde então, acompanhando de perto esse processo de expansão das plantações e tem documentado seus impactos nocivos sobre comunidades locais e seus territórios. Em 2003, junto com organizações de vários países da América Latina, criou a Rede Latino-Americana de Luta contra os Monocultivos de Árvores (RECOMA).

Recentemente, detectamos várias novas tendências no processo de expansão das plantações de árvores na América Latina, sobre as quais publicamos artigos no nosso boletim mensal eletrônico nestes últimos anos. Para divulgar e disseminar informações de algumas das principais tendências, mas de uma forma mais organizada, decidimos fazer esta publicação com uma seleção de artigos dos últimos três anos. Dividimos as novas tendências em quatro, da seguinte forma:

1. A renovada expansão da monocultura industrial da *palma africana (dendezeiro)* em alguns países e sua entrada em novos países da América Latina. Sua renovada expansão é motivada hoje pelo fato de que o óleo de dendê tornou-se o óleo vegetal mais barato do mundo em função de uma expansão devastadora nos últimos 10 a 20 anos, na Indonésia e na Malásia. Outro estímulo para a expansão da palma é que os óleos vegetais têm ganhado destaque como uma das alternativas de agrocombustíveis, principalmente na Europa, apesar de ser uma falsa solução à crise climática.
2. Outra tendência é o fenômeno e a influência da “*economia verde*”, muito propagada antes e durante a Conferência do Rio+20. A “*economia verde*”, na realidade, é apenas um novo nome para o chamado “*desenvolvimento sustentável*.” Sua influência vai desde chamar os empregos nas plantações de “*empregos verdes*”, até iniciativas que mais uma vez busquem enganar o público, chamando, por exemplo, os monocultivos industriais de árvores de “*plantações da nova geração*”, uma iniciativa da ONG WWF com empresas de plantações. Busca-se, também, dar um caráter ecológico e renovável às plantações ao explorar novos usos de madeira que, como é o caso da palma para agrocombustível, estão também na categoria de falsas soluções para a crise climática: são as plantações para *produzir madeira para energia* ou plantações como *estoques de carbono* para supostamente despoluir o ar.
3. Outra tendência é o avanço das pesquisas com *árvores transgênicas*, sobretudo no Brasil, mas também no Chile. Um dos principais objetivos da pesquisa é aumentar a produtividade das plantações, buscando ciclos mais rápidos de crescimento e/ou alcançando um conteúdo de celulose maior nas árvores. Outro objetivo importante é tornar as árvores mais resistentes aos ataques de pragas e doenças, e ao frio. Também há um grande interesse nesse tipo de pesquisa para obter árvores que melhor sirvam para gerar (bio)energia. No Brasil, a Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CTNBio) recebeu, em 2014, o primeiro pedido de autorização para o plantio comercial do eucalipto transgênico. Se aprovado, seria a primeira árvore transgênica a ser liberada na América Latina.

4. A última tendência a destacar é a crescente *participação do capital financeiro-especulativo* no processo de apropriação e concentração de terras para expandir as plantações. O mercado de terras tem se mostrado uma opção atrativa para o capital financeiro desde a crise mundial de 2008/2009.

É importante destacar que todas as tendências mencionadas estão ligadas entre si de diferentes maneiras. Talvez o mais importante vínculo entre elas seja que todas tendem a fortalecer e expandir ainda mais um modelo de produção nocivo, de plantações de monocultivos em grande escala.

É por isso que consideramos esta publicação específica importante, para informar sobre essas novas tendências com o objetivo de oferecer mais uma ferramenta útil para fortalecer e ampliar as lutas contra as plantações industriais de árvores e incentivar articulações em nível de país e de continente.

No final desta publicação, o leitor encontra algumas informações de comunidades e movimentos sociais que travam lutas pela recuperação dos territórios tomados por empresas, para retomar o controle sobre eles e buscar concretizar a *soberania alimentar*, esta última sendo uma das principais bandeiras de luta a unir comunidades e povos camponeses, indígenas e tradicionais do campo em todo o continente.

Boa Leitura!

Equipe do Secretariado Internacional do WRM

1. Palma Africana (dendezeiro)

Honduras: mulheres em luta pela terra em meio à violência e assassinatos

Camponeses e camponesas do Vale do Aguán, Honduras, sofrem uma violenta repressão depois de terem realizado ações organizadas para reaver suas terras, que lhes haviam sido entregues como parte de uma reforma agrária truncada no início da década de setenta.

A Lei de Reforma Agrária aprovada em 1972 colonizou uma região que até o momento não estava destinada à produção agrícola: o Baixo Aguán. Nesse momento, começa a ser preparada a expansão das monoculturas de dendezeiros na região, destinadas, no começo, à indústria cosmética e gastronômica e, atualmente, promovida também para agrocombustíveis.

Naquele momento, promoveu-se a criação de cooperativas de trabalho e empréstimos foram facilitados para a plantação de dendezeiros. Com o apoio da Banca Internacional e do Estado hondurenho se construíram rodovias e demais infraestrutura, o que facilitou o acesso às terras.

Depois disso, na década de noventa, a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola possibilitou a concentração de terras nas mãos de terratenentes locais, como Miguel Facussé, que deram outro impulso à produção extensiva das monoculturas de dendezeiros em grande parte do território do norte de Honduras, especialmente no Baixo Aguán. As famílias que tinham sido beneficiadas pela reforma agrária foram induzidas, em alguns casos, e forçadas em outros, a entregar suas terras a esses terratenentes.

Muitas dessas famílias enfrentaram a situação de perda de seus meios de vida e começaram a organizar-se em movimentos camponeses, exigindo do governo o que consideravam seu direito à terra. A partir do ano de 2000, depois de infrutíferas e extensas negociações, os camponeses decidiram reaver seu território, iniciando um processo de recuperação de terras semeadas com dendezeiros que reivindicavam como sendo deles.

O golpe de Estado de 2009 aprofundou o conflito agrário no Aguán e a violação aos direitos humanos se agravou a ponto de motivar que algumas organizações de Direitos Humanos fizessem um acompanhamento e lhes desse difusão mundial. Uma missão internacional se apresentou na área e redigiu o relatório “Situación de los Derechos Humanos en el Valle del Aguán” (Situação dos Direitos Humanos no Vale do Aguán), que relatava: “a repressão se evidencia desde diferentes ações e omissões do Estado, que vão desde a violência exercida por policiais, militares e guardas de segurança privada dos terratenentes até a utilização do sistema judiciário para intimidar e desalentar a luta pela terra”. (1)

Além disso, diferentes organizações sociais e de Direitos Humanos nacionais e internacionais e movimentos camponeses do Aguán criaram, em 2011, o Observatório Permanente Internacional de Direitos Humanos do Baixo Aguán, um espaço de apoio, observação e acompanhamento para prevenir as violações dos direitos humanos.

Último momento

Na madrugada de 12 de março deste ano, foi encontrado assassinado o camponês Marvin José Andrade, da comunidade de Cayo Campo, perto do assentamento camponês La Lempira. Seu corpo, encontrado num desvio da rodovia, tinha graves queimaduras e sinais de tortura. Vizinhos da comunidade asseguram que tinha recebido ameaças de morte de parte de guardas de segurança dos empresários terratenentes vizinhos.

Líderes das comunidades camponesas e membros do Observatório Permanente Internacional de Direitos Humanos têm denunciado o recebimento de novas ameaças de morte. Apesar disso, continuam firmes na defesa da vida e da preservação dos direitos humanos fundamentais de nossas comunidades e povos.

Mulheres pela terra: histórias de resistência

Nessa história de luta pela terra, se entrelaçam muitas histórias silenciosas de mulheres que têm resistido como mães, esposas, dirigentes e trabalhadoras. “As mulheres vivem num ambiente em que todos os seus direitos estão vulneráveis a violações: não têm acesso a terras de cultivo nem a qualquer outro meio para produzir o que lhes permita sobreviver. Perante essa situação, as mulheres são obrigadas a procurar alternativas para a sobrevivência: quebrando barreiras de gênero, lutando junto com seus companheiros camponeses, incorporando-se a todas as tarefas para enfrentar sua atual situação.

As mulheres são permanentemente coagidas pelos guardas de segurança privada, policiais, militares e da força naval. Elas têm medo de ir ao trabalho, o que incide negativamente em sua renda, agudizando sua situação. Nos despejos e coações, são vítimas da violência contra seus corpos e contra seus seres queridos.” (1)

Em ocasião do Encontro Internacional pelos Direitos Humanos, realizado em fevereiro deste ano (2), pudemos percorrer algumas comunidades locais, como assentamentos camponeses, onde conversamos com as camponesas Consuelo e Guadalupe. A partir de seus depoimentos, exemplificamos a luta de muitas mulheres por terra, dignidade e um futuro melhor para seus filhos e demais famílias camponesas.

Consuelo, mulher, mãe e militante, assentamento La Lempira, Baixo Aguán, Honduras. Integrante do “Movimiento Unificado Campesino del Aguán – MUCA” (Movimento Unificado Camponês do Aguán).

“Há 5 anos, decidi unir-me ao movimento de luta pela recuperação de terras. Os movimentos camponeses surgem há vinte anos para defender e reaver as terras no Baixo Aguán. Desde essa época, a repressão não tem cessado e o golpe de Estado de 2009 intensificou a situação. Todos os acordos assinados não foram cumpridos. Prometeram-nos a venda de setores ocupados de terra e terras sem cultivar nas áreas reavidas, mas isso não se cumpriu até agora. Pedem-nos preços muito altos por terras que já eram de reforma agrária, não nos dão anos de carência que solicitamos e os juros que nos cobram são altíssimos.

A perseguição é constante e aguda. Cada dia se agrava a situação com ameaças de morte. Há tortura psicológica, sobretudo porque os membros dos movimentos que pertencemos às diferentes empresas [organização camponesa similar a uma cooperativa] em recuperação de terras estamos presos nos assentamentos porque não temos liberdade de circular fora de onde estamos reassentados, porque corremos o risco de ser assassinados ou seqüestrados.

Aqui na área sabe-se que as ameaças são de parte dos terratenentes, porque eles são donos de tudo, eles têm o dinheiro, as armas e têm tudo. São os principais responsáveis pela perseguição, assassinatos e principais atos violentos contra camponeses e camponesas. Nós chamamos René Morales e Miguel Facussé de donos da morte, porque eles decidem quando alguém vai morrer.

A vida de nós, mulheres, que estamos lutando em movimentos camponeses ou em diferentes organizações para gerar mudanças em nosso país ou em nossos lares, é muito difícil, porque sempre temos sido objeto de violência. Dizem que as mulheres são mais débeis. Mas na verdade estamos lutando em muitas frentes, como pela terra, contra a privatização da educação, da saúde, entre outras reivindicações. Nós, como mulheres hondurenhas, temos elevado nossa auto-estima e continuamos na luta para transformar nosso país e para dar uma vida melhor a nossos filhos. Apesar de termos nosso parceiro, as crianças, quando têm fome, vão procurar a mãe e dizem “mãe, eu tenho fome”. E então, somos nós as que estamos frente à situação, somos alicerces e somos o principal objeto de violência.

Fui empregada de Facussé durante 7 anos e posso dizer que o trabalho lá não é digno. Éramos contratadas por dois meses e depois nos propunham trabalhar sem contrato. Realizei diferentes

tipos de tarefas, fertilizando dendezeiros, colhendo a fruta do chão que se debulhava durante a colheita, no viveiro ou na usina extratora na fabricação de óleo, manteiga ou margarina. Para as aplicações no campo, o único equipamento que nos davam eram luvas, inclusive eu me intoxiquei trabalhando lá e quando aconteceu pela segunda vez, eu já tinha virado asmática, meus pulmões estavam débeis pela inalação de químicos. Fui a uma doutora que me disse que estava intoxicada, porque o veneno tinha ido para o sangue e me deu um atestado por três dias. O Engenheiro da empresa rasgou o atestado e eu continuei trabalhando, até que um dia ele viu que minha saúde piorava e disse que eu devia ir para minha casa até ficar melhor. Sem trabalho não há pagamento, é uma total exploração, pois é bem difícil estar doente e não receber. Ao unir-me ao movimento de luta pela recuperação de terras tomei a decisão de deixar de trabalhar lá.

Há 8 meses, eles iniciaram uma perseguição contra mim e contra meus filhos. Eles têm investigado quem é da minha família aqui na área. Um dia, um guarda de Facussé perguntou sobre meu paradeiro a uma amiga, que não lhe deu a informação, mas o guarda disse que todos os que tinham trabalhado para Facussé deviam ser “despachados”. Vigiam minha casa, seguem minhas filhas quando vão à escola, as vigiam todo dia. Em outra ocasião, na saída da escola, uma caminhonete perseguiu minha filha. Ela se jogou na valeta para que não a atropelassem. Eles pararam, abriram a janela, apontaram arma para ameaçá-la e pediram informações sobre sua mãe. Riam dela ao vê-la assustada, faziam-lhe perguntas sobre sua mãe e o resto da família, perguntaram-lhe onde trabalhava e a ameaçavam dizendo que se ela estivesse mentindo iriam matá-la. Tentando intimidá-la, diziam “vamos matar você e sua mãe, vamos levá-la para longe de você e também vamos matá-la”. Eles têm apavorado minhas filhas a ponto de as duas reprovarem na escola, já que têm medo e ficam muito nervosas.”

Guadalupe, mulher, mãe e viúva, assentamento Guadalupe Carney. Seu marido, membro do “Movimiento Campesino del Aguán – MCA” (Movimento Camponês do Aguán) foi morto em novembro de 2010 na fazenda El Tumbador, Baixo Aguán, Honduras. (3)

“Eles eram apenas cinco camponeses e mais de 200 guardas de segurança de Miguel Facussé que os esperaram, atacando-os pelos dois lados sem deixar saída. Foram três horas de tiroteio. Perseguiram os camponeses até que todos foram mortos. Eles não tinham armas, somente portavam os machetes para trabalhar. Os guardas colocaram armas em mãos depois de mortos para acusá-los de porte de armas e desmoralizá-los junto ao povo.

Eu fui a última a saber que meu marido estava morto. A comunidade se mobilizou para tirar os corpos do campo, porque os guardas de Facussé tentaram queimá-los com gasolina para que nós não os velássemos em nossa comunidade. Depois disso, soubemos que Facussé ofereceu dinheiro às famílias pelos corpos, para que elas não fizessem reclamações... como se fossem animais que ele matou e pelos quais pagava. Ele estava procurando se livrar da acusação, mas nós nos negamos e respondemos que o que nós queríamos era justiça contra ele, porque com esse dinheiro não recuperaríamos a vida de nossos companheiros. Dessa forma, ele estava aceitando a responsabilidade pelas mortes.

Ele acha que com dinheiro pode fazer de tudo, mas isso não pode ser. Eu gostaria de que a justiça fosse feita para demonstrar que nós também valemos, que não é somente ele que vale, isso é o que mais desejo.”

Foi inevitável reviver a dor ao comentar os eventos ocorridos naquele mês de novembro, nove meses depois de ter recuperado a propriedade. Guadalupe retorna ao presente para referir-se a seu filho na escola que “era muito apegado ao pai, às vezes não pode dormir, eu lhe digo que foi pela terra que ele morreu. Falamos sempre dele, então agora já compreende um pouco melhor.”

E continua:

“Depois de nos organizar para recuperar a terra no ano de 2000, organizamos várias empresas entre conhecidos e nos instalamos aqui armando “champitas” [casas improvisadas de náilon e madeira] em primeiro lugar. Mediram-se os lotes e repartiu-se um quarto lote para cada família. Nós limpamos a terra, recuperamos os dendezeiros existentes e semeamos outros cultivos em nossos lotes. Não se deve semear sempre o mesmo. Além disso, no alto da ladeira dividimos a terra entre os membros do assentamento para cultivar o que cada família achasse necessário”.

Ao ficar sozinha em casa e como chefe de família, Guadalupe teve que assumir uma enorme carga e responsabilidade. Além de ocupar-se de seu filho, começou a trabalhar fora da casa em uma cooperativa de produtores. Cria galinhas e pavões, mantém sua horta onde a banana, o dendê, o abacate, o agave, o milho, entre outros cultivos, lhe permitem subsistir e participar das reuniões do movimento.

“Os militares estão aqui dia e noite, estão sempre vigiando a comunidade. Passam controlando a comunidade toda, checando as entradas e saídas. Estão sempre com o ouvido aí, escutando o que dizemos ou fazemos para informar aos inimigos da comunidade, ao pessoal de René Morales ou Miguel Facussé. Além disso, também estão os guardas de Facussé, que se vestem com roupa diferente a cada dia, às vezes azul, às vezes branca, e assim a gente não os reconhece quando andam pela rodovia. Há sempre uma sensação de medo enquanto o filho não chega da escola, quando saio às 4 da manhã de bicicleta para o trabalho, a todo momento. A gente tem medo de andar pela rodovia, medo deles, porque quando veem você sozinho podem matá-lo. Isso aconteceu com um vizinho, o seguiram e antes de que chegasse a sua casa atiraram nele.”

Quando é perguntada sobre como se vê no futuro, responde *“Eu não me vejo em outro lado com meu filho. Vamos continuar lutando pelo que começamos aqui, como ele fez [seu marido]. Eu gostaria de ter nossas terras livres para trabalhar tranqüila.”*

Lutas e esperanças de mulheres

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres se organizam e se fortalecem. No quadro do Encontro Internacional se organizou um workshop de mulheres, convocado “porque achamos que é importante nos olhar e falar para nos organizar, sentir e ter mais força, conhecer e aprender nossas lutas, entender e lutar contra o patriarcado, forjar a luta desde todas, sentir-nos apreciadas, perder o medo e defender-nos”.

“As que somos do Aguán e de organizações camponesas lutamos junto com nossos companheiros pela terra e enfrentamos com eles a repressão, a violência de policiais, militares e guardas de segurança. Temos que enterrar companheiros, irmãos, pais e até nossos próprios filhos, chorar por eles, e continuar em frente. O medo que nos dá a repressão nos causa pesadelos, insônia, doenças, dores de cabeça, nervosismo para falar, para caminhar, para viver todos os dias. Mas nos organizamos com outras mulheres para enfrentar essa situação, revesamos turnos de segurança para nos proteger, para dormir, comer e falar sobre como vamos fazer para seguir em frente. E vamos em frente. Nessa luta, estamos todos e todas juntos.” (4)

Este artigo foi preparado pelo WRM baseado na sua participação no Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras, fevereiro 2012.

(1) Relatório realizado a partir da visita de uma missão de organizações de DDHH à área do Baixo Aguán, Honduras, de 8 a 11 de dezembro de 2010. Ler texto completo em <http://wrm.org.uy/paises/Honduras/HondurasMisionDDHH-2010.pdf>

(2) “Encuentro Internacional por los Derechos Humanos en Solidaridad con Honduras” (Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras), realizado em Tocoa, Colón, de 17 a 20 de fevereiro de 2012. Ler mais informação e Declaração final do encontro em <http://www.mioaguan.blogspot.com/>

(3) Por mais informação sobre a massacre em El Tumbador ver “Masacre y barbarie en el Bajo Aguán” (Massacre e barbárie no Baixo Aguán), em

http://www.rel-uita.org/agricultura/palma_africana/masacre_y_barbarie_en_bajo_aguan.htm

(4) Declaratória do workshop “Cuerpos, luchas y esperanzas de las mujeres” (Corpos, lutas e esperanças das mulheres), realizado em La Confianza, Colón, em 16 de fevereiro de 2012, preparatório do Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras. Ler texto completo da Declaratória em <http://www.mioaguan.blogspot.com/>

Publicado em 20 de março, 2012. Incluído no Boletim 176 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/honduras-mulheres-em-luta-pela-terra-em-meio-a-violencia-e-assassinatos/>

Honduras: a RSPO contestada em Honduras e na Alemanha

Milhões de hectares de plantações industriais de dendê têm se expandido em muitos países da Ásia, da África e da América Latina, com um histórico bem documentado de desmatamento tropical, incluindo enormes incêndios e um triste saldo de violações dos direitos humanos.

No entanto, os poderosos interesses por trás desse negócio continuam a promover ativamente a cultura, num contexto de crescente oposição em nível local.

Dentro deste contexto, foi criada a Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável (RSPO). A RSPO é um fórum de stakeholders que fornece certificação voluntária ao manejo de plantações de dendzeiros e usinas de processamento de óleo de dendê. A grande maioria dos seus membros representa os interesses da indústria, como Nestlé, Unilever e Rabobank – todos relacionados a casos de concentração de terras na Ásia, na América Latina e na África.

Na verdade, a RSPO atua como uma ferramenta de lavagem verde, visando garantir ao consumidor que o óleo de dendê que ele consome – em alimentos, sabão, cosméticos ou combustível – foi produzido de maneira “sustentável”, apesar das centenas de conflitos que suas plantações criaram com comunidades locais onde estão estabelecidas. A RSPO quer certificar o incertificável, tentando ocultar a insustentabilidade inerente às grandes monoculturas de dendê. O rótulo de “sustentabilidade” é usado para encobrir os impactos sociais e ambientais graves que as plantações de dendzeiros em grande escala têm sobre as comunidades e meios de subsistência locais.

Enfrentando a RSPO em Honduras

De 6 a 8 de agosto, a Quarta Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável ocorreu em Honduras, organizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Federação dos Produtores Industriais de Óleo de Dendê. O World Wildlife Fund-WWF e outras três grandes ONGs também participam da RSPO.

Ativistas ambientais e sociais ficaram chocados ao saber que um dos patrocinadores do evento é a empresa de óleo de dendê Dinant Corporation, cujo dono e controlador é Miguel Facussé, o maior proprietário de terras de Honduras. Facussé, um dos três maiores plantadores de dendzeiros, é associado ao assassinato seletivo de mais de 88 membros e simpatizantes de organizações camponesas desde junho de 2009, no Vale do Aguán, uma das principais regiões produtoras de óleo de dendê em Honduras.

Por ocasião da Conferência Latino-Americana da RSPO, o WRM emitiu uma nota à imprensa denunciando que “os sistemas de certificação, como o RSPO, destroem a capacidade das comunidades de defender seus territórios e florestas e de lutar contra a expansão das plantações industriais. Também obstruem a necessidade urgente de desenvolver diferentes modelos de produção e consumo que não dependam do consumo cada vez maior de óleo de dendê e outras

matérias primas, como é o caso do atual modelo empresarial e centralizado de produção que domina os mercados e os padrões de consumo mundiais e está destruindo o planeta. (1)

Além disso, as organizações internacionais Rights Action, Rainforest Rescue, Biofuelwatch e Food First condenaram a Conferência Latino-Americana sobre o chamado dendê sustentável em uma nota à imprensa. Eles estão chamando o World Wildlife Fund-WWF e outras três organizações a se retirar e denunciar a conferência a ser realizada em Honduras. Ver: “Expanding palm oil empires in the name of ‘green energy’ and ‘sustainable development’”. (2)

Como forma de denunciar a Conferência Latino-Americana da RSPO, a Rel-UITA entrevistou Gilberto Ríos e Alba Ochoa, da FIAN Honduras, que afirmaram que a conferência é uma farsa, pois seus objetivos reais nada têm a ver com sustentabilidade e responsabilidade, e muito menos com a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e da soberania alimentar. Eles garantem que os objetivos da RSPO são meramente comerciais e que a conferência é apenas uma ferramenta para expandir o comércio do dendê. (3)

- (1) “Ver: RSPO: “greenwashing” of industrial oil palm plantations, de WRM, em http://wrm.org.uy/oldsite/plantaciones/RSPO_maquillaje_verde.html)
- (2) <http://www.biofuelwatch.org.uk/wp-content/uploads/RSPO-Honduras-PR.pdf>
- (3) Ver “La farsa del aceite de palma sostenible. Certificaciones, negocios y lavado de imagen para empresarios palmeros”, em <http://www.rel-uita.org/index.php/es/derechos-humanos/item/3618-rspo-la-farsa-del-aceite-de-palma-sostenible>

Publicado em 12 de setembro, 2013. Incluído no Boletim 193 – <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-rspo-contestada-em-honduras-e-na-alemanha/>

Enfrentando a RSPO na Alemanha: esfregando para limpar a lavagem verde

Ativistas de organizações ambientais e de direitos humanos protestaram contra a lavagem verde feita pela RSPO nas grandes plantações de dendezeiros, em duas reuniões de alto nível sobre o dendê, em 2 e 3 de setembro, em Berlim, na Alemanha. Em 2 de setembro, participantes que chegam para o lançamento do chamado “Fórum do Dendê Sustentável” foram recebidos por ativistas equipados com escovas, baldes e detergente verde. Eles esfregaram para tirar a camada de lavagem verde proporcionada pelo esquema de certificação, com o objetivo de expor a insustentabilidade e a destruição contínua envolvida na produção de óleo de dendê, certificado ou não. Os ativistas continuaram esfregando na reunião europeia da “Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável”, a RSPO, em 3 de setembro, no Estrel Hotel, em Berlim.

Na ação conjunta, Watch Indonesia, Urgewald, Robin Wood, Rettet den Regenwald e a Sociedade para os Povos Ameaçados mostraram que “o óleo de dendê barato tem um preço alto”. Ativistas da Indonésia descreveram a forma como esse preço é pago pelas pessoas que têm suas terras e meios de subsistência roubados e por florestas que continuam a ser destruídas à medida que as plantações de dendê se expandem. Eles pediram que o governo alemão interrompa a importação de óleo de dendê destrutivo em vez de lançar mais um fórum de lavagem verde. “O governo alemão está ajudando o lobby do dendê. Violações de direitos humanos são indissociáveis do dendê na Indonésia e na Malásia, onde se produzem 90% do óleo do mundo”, disseram os grupos em um comunicado conjunto.

Mais informações em <http://urgewald.org/artikel/protest-gegen-palmoel>

Publicado em 12 de setembro, 2013. Incluído no Boletim 193 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-rspo-contestada-em-honduras-e-na-alemanha/>

Brasil: A expansão acelerada do dendê na região amazônica

A área plantada no Brasil com dendê, ou palma africana, sempre foi relativamente pequena, comparada com outros países produtores na América Latina. No entanto, anúncios por parte de algumas das maiores transnacionais brasileiras, como a Vale e a Petrobrás, indicam uma expansão acelerada na região Amazônica, principalmente no estado do Pará, visando à produção de biodiesel.

A principal empresa, nas últimas décadas, a promover plantações monocultoras de dendê no estado de Pará, na Amazônia brasileira, é a brasileira Agropalma, atualmente com 39 mil hectares próprios de dendê e 10 mil hectares plantados em terras de agricultores. Esta empresa tem se dedicado, sobretudo, à produção de óleo de dendê para alimentos, cosméticos e produtos químicos. Até pouco tempo, a produção de biodiesel era considerada inviável. No entanto, transnacionais brasileiras estão entrando no ramo de plantações de dendê, mudando este quadro.

Um novo projeto está sendo desenvolvido pela empresa brasileira Vale, uma das maiores mineradoras do mundo. A Vale comprou uma fatia de 70% da empresa de plantação de dendê Biopalma em 2011. Enquanto, em 2009, a Biopalma tinha 5 mil hectares de plantio, atualmente já tem 50 mil hectares de dendê plantados. O projeto da Vale pretende expandir as plantações para alcançar 80 mil hectares, sendo 60 mil de plantio próprio e 20 mil de produção terceirizada, em terras de agricultores. Cerca de 600 famílias participam do projeto, segundo a Vale. A expectativa é chegar a uma produção anual de 500 mil toneladas de óleo até 2019.

O objetivo da Vale é produzir biodiesel como combustível para os trens da companhia, que transportam, sem parar, minério de ferro da região de Carajás para a zona costeira. De lá, a empresa exporta a matéria prima para os grandes mercados consumidores. Segundo a Vale, o projeto da Biopalma “contribuirá na matriz energética da Vale, de forma sustentável, renovável, contribuindo com a preservação ambiental”. Além disso, se trataria de um “positivo vetor social” e também uma forma de “geração de renda e fixação do homem do campo”. Segundo a Vale, o projeto reduziria também as emissões de carbono da empresa com o uso de biodiesel no lugar do diesel convencional.

Outra empresa transnacional que está investindo em dendê no Pará é a Petrobrás, a empresa estatal transnacional de petróleo do Brasil, uma das maiores das Américas. Um projeto pretende plantar, a partir de 2013, 24 mil hectares de dendê em terras de 1250 agricultores. Em outro projeto, a Petrobrás entrou em parceria com a multinacional de petróleo Galp Energia de Portugal, criando uma empresa chamada Belém Bioenergia. Serão plantados 50 mil hectares de dendê em parceria com 1000 agricultores. A produção esperada de 300 mil toneladas de óleo anual será exportada para Portugal, onde se implantará uma refinaria na cidade de Sines, para produzir o greendiesel, o “diesel verde”, a partir de 2015, visando abastecer os mercados de Portugal e Espanha.

A expansão exponencial do dendê no Brasil, que conta com o apoio decisivo do governo brasileiro, gera uma série de preocupações. Primeiramente, trata-se de um projeto que vem beneficiando duas empresas de grande porte, bem conhecidas por causar impactos graves nas regiões onde opera, seja a Vale com suas atividades de mineração, por exemplo, em Moçambique, seja a Petrobrás, impactando, por exemplo, a vida de pescadores no Brasil (veja boletim 180 – editorial). Em 2012, a Vale ganhou inclusive o ‘Public Eye Award’, um “prêmio” internacional concedido à pior empresa do mundo em função de problemas sociais, ambientais e trabalhistas.

Além disso, o projeto de produção de biodiesel não é tão ‘verde’ nem ‘renovável’ quanto parece. No caso da Vale, o projeto prevê a substituição pelo biodiesel de apenas 20% do combustível dos trens da empresa, resultando em que 80% continuam sendo diesel convencional. Tudo isso para continuar mantendo um processo de extração de minério em larga escala para atender a um

modelo de produção e consumo excessivo e insustentável de uma minoria da humanidade, o que a Vale não pretende mudar. Além disso, seu transporte ferroviário tem sido objeto de inúmeras denúncias por moradores locais que sofrem dos impactos.

Se, por um lado, a produção de dendê pode gerar benefícios para um grupo de agricultores familiares que o plantem e vendam as frutas para a Vale e/ou Petrobrás, por outro lado, esses mesmos agricultores entram numa relação de dependência com essas empresas, cedendo parte de suas terras, pequenas, para essas transnacionais por um período longo num esquema de monocultivo químico. Com isso, as empresas se apropriam cada vez mais de terras, num estado considerado o mais violento do Brasil em função dos graves conflitos agrários entre grandes proprietárias e famílias sem-terra, e da ausência de uma política estrutural de reforma agrária por parte do governo federal.

Por fim, a apropriação de terras não se limita só a áreas de produção de dendê. A Vale, por exemplo, afirma que, para cada hectare que planta com dendê, preserva um hectare de mata nativa, e a plantação de dendê também estaria ‘recuperando’ as terras. Mas vale lembrar que o compromisso de preservar a mata nativa não é nada mais do que cumprir a legislação brasileira e, para a empresa Vale, ter florestas representa outra oportunidade de lucrar, por exemplo, negociando carbono no mercado de “serviços ambientais”, que está sendo implementado às pressas no Brasil, em conjunto com uma série de revisões legislativas. como o conhecido código florestal, além de novas leis regulamentadoras sobre o assunto.

Apesar do discurso “verde”, a produção de dendê já tem gerado conflito, por exemplo, com o povo indígena tembé, que tem reclamado e sofrido com os impactos da contaminação, com agrotóxicos, de nascentes de água no seu território, resultante da aplicação de veneno nas áreas de dendê. Segundo um dos caciques da área: “pra nós o dendê não funciona, mas sim o arroz, o feijão, o frango e o peixe”. Reclamaram também que “a guariba agora fica em silêncio porque a caça e a pesca estão acabando por causa do desmatamento e os bichos não têm onde se esconder fora da nossa área”. Mas para a Vale e a Petrobrás, o dendê funciona muito bem, sendo uma nova fonte de negócio e lucro e, ainda por cima, “verde”.

- Agricultura familiar ganha com biodiesel do dendê. Valor Econômico (2012).

http://www.abdi.com.br/Paginas/noticia_detalhe.aspx?i=1307

- Biopalma chega a acordo com índios.

<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=591475>

- Biodiesel: projeto biopalma. http://www.faap.br/cees/biodiesel/pdf/ivo_fouto.pdf

Publicado em 30 de setembro, 2012. Incluído no Boletim 182 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-a-expansao-acelerada-do-dende-na-regiao-amazonica/>

Brasil: Discurso da “inovação” contrasta com a realidade da vida em condições análogas à escravidão de trabalhadores empregados por um dos fornecedores da Agropalma

A Agropalma iniciou suas atividades em 1982 e, de acordo com sua página na internet, cresceu e se tornou “líder na produção de óleo de palma na América Latina”.(1) Suas plantações de dendê (palma) estão localizadas no estado do Pará, na Região da Amazônia Oriental Brasileira, com uma refinaria e uma fábrica no porto de Belém, capital do estado. A Agropalma é membro do “Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma”,(2) lançado em junho de 2013, em Jacarta. O grupo é uma iniciativa conjunta das ONGs Greenpeace, WWF, RAN e FPP, além da Agropalma e outras empresas descritas por ela, em sua página na internet, como “líderes reconhecidas em inovações socioambientais neste setor”. A Agropalma afirma que a iniciativa foi criada “[p]ara intensificar e melhorar os princípios e critérios da Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável

(RSPO), que, de acordo com os membros, poderia ter sido ampliada durante a última revisão em janeiro de 2013, principalmente no que diz respeito a desmatamento, estoques de carbono, biodiversidade e relações sociais”.

Um dos critérios do “Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma” está relacionado aos direitos trabalhistas e ao desempenho das empresas nessa questão.⁽³⁾ As relações sociais, bem como os direitos trabalhistas, têm sido realmente um desafio para a Agropalma. Nas plantações do fazendeiro Altino Coelho de Miranda – fornecedor de frutos do dendê para a Agropalma – os inspetores do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram, por duas vezes, empregados forçados a trabalhar em condições análogas à escravidão. Durante o primeiro incidente, em 2007, 15 trabalhadores foram libertados pelos inspetores. Por ter cometido o crime de contratação de trabalhadores em condições análogas à escravidão, Miranda foi condenado a oito anos de prisão em 2009, mas recorreu da sentença. Ainda não há uma decisão final sobre o caso – um atraso que não é incomum no sistema judicial brasileiro. Enquanto isso, Miranda foi pego em flagrante novamente pelo mesmo crime em 2012, quando dez trabalhadores foram libertados por uma equipe de inspeção do governo; novamente, as pessoas foram encontradas trabalhando e vivendo em condições análogas à escravidão. A Agropalma foi questionada pela ONG brasileira Repórter Brasil, uma organização que tem cumprido um papel importante na luta contra as condições de trabalho análogas à escravidão no país. A Repórter Brasil perguntou à empresa porque ela não tinha cancelado o contrato com Miranda após o primeiro incidente. A Agropalma respondeu por meio de seu chefe de responsabilidade social e ambiental, Tulio Dias. Na época, ele explicou que a empresa tinha um contrato de 25 anos com Miranda, e que, embora o contrato incluísse uma cláusula que permitia à Agropalma cancelá-lo se ocorressem violações da legislação trabalhista, ela preferiu “ações pedagógicas” que incentivassem o fornecedor a melhorar seu comportamento: “Cancelar o contrato significaria que estamos correndo do problema, não resolvendo”.⁽⁴⁾ No entanto, continuando a comprar um produto gerado por trabalhadores que vivem em condições análogas à escravidão – um crime, segundo a legislação brasileira – a Agropalma também é responsável por este crime e pela violação grave e repetida dos direitos humanos. Miranda já havia sido condenado a não menos de oito anos de prisão. Embora tenha usado seu direito de recorrer da decisão do tribunal, é inconcebível um membro da RSPO considerar a “ação pedagógica” como uma resposta apropriada nesse contexto de graves violações dos direitos humanos por parte de um dos seus fornecedores.

Somente em junho de 2013 a Agropalma emitiu uma nota à imprensa declarando “que excluiu da sua lista de fornecedores o Sr. Altino Coelho Miranda”. A nota explica que o cancelamento do contrato se deve ao fato de produtor ter sido incluído no cadastro de empresas e pessoas autuadas por exploração do trabalho escravo, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 28 de junho de 2013. A nota observa que o produtor ainda está recorrendo da ação judicial por forçar as pessoas a trabalhar nas condições mencionadas, mas, com a inclusão da empresa na lista suja, a Agropalma considerou que “nada mais cabe à empresa a não ser excluí-lo. Para tomar tal decisão, a Agropalma levou em consideração a legislação brasileira, o código de conduta interno da empresa e os princípios e critérios da Mesa Redonda da Palma Sustentável (RSPO), princípio 6, critérios 6.5 e 6.12”.⁽⁵⁾

Aparentemente, nem a pena de oito anos de prisão que o fazendeiro recebeu em 2009, nem o fato de as autoridades estaduais terem encontrado 15 pessoas forçadas a trabalhar e viver em condições análogas à escravidão em 2007 foram considerados pela Agropalma suficientemente perturbadores para justificar o cancelamento do contrato com Miranda. Apenas sua inclusão na lista “suja” oficial dos que sujeitaram pessoas a trabalhar ou viver em condições análogas ao trabalho escravo no Brasil forçou a Agropalma a agir e a excluí-lo de sua lista de fornecedores. Esta lista “suja” é publicada e atualizada pelo governo regularmente.

É preocupante que uma empresa participante de uma iniciativa voltada a reunir “líderes reconhecidos em inovações sociais e ambientais” considere adequado manter relações com um

fornecedor que foi pego duas vezes submetendo trabalhadores a viver em condições análogas à escravidão. Só a inclusão do fornecedor na lista “suja” oficial parece ter feito a Agropalma optar pelo cancelamento do contrato, em vez de “ações pedagógicas”. O trabalho escravo é uma prática que ainda hoje persiste em muitas regiões rurais no Brasil.

Para mais informações sobre os impactos sociais e ambientais das operações da Agropalma, consulte “Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense”, de João Santos Nahum e Cleison Bastos dos Santos, 2013. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Especial geografia agrária, p. 63-80 e, Repórter Brasil, “Expansão do dendê na Amazônia brasileira”, 2013, em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>

- (1) www.agropalma.com.br
- (2) <http://www.agropalma.com.br/palm-oil-innovation-group.asp>
- (3) <http://www.agropalma.com.br/palm-oil-innovation-group.asp>
- (4) <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/denuncias-de-violencia-e-trabalho-escravo-envolvem-cultura-do-dende-no-para>
- (5) <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/nota-da-agropalma/>

Publicado em 8 de maio, 2014. Incluído no Boletim 201 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-discurso-da-inovacao-contrasta-com-a-realidade-da-vida-em-condicoes-analogas-a-escravidao-de-trabalhadores-empregados-por-um-dos-fornecedores-da-agropalma/>

Guatemala: dendê promove nova expulsão de comunidades rurais

Os monocultivos industriais de dendê se expandiram durante os últimos anos na Guatemala. Uma das regiões com maior incremento é o município de Sayaxché, Petén, onde as empresas definiram que as terras são ideais para a produção de dendê.

Em uma recente visita à Guatemala (1), o WRM entrevistou Lorenzo Pérez Mendoza, coordenador do CONDEG (Conselho Nacional de Despejados da Guatemala), associação dedicada a acompanhar e assessorar as comunidades de Sayaxché em defesa de seus direitos territoriais e trabalhistas.

A população de Sayaxché está composta por pessoas despejadas de diversos pontos do país. No início da década de 1960, chegaram famílias em busca da terra que o Estado entregava a camponeses e indígenas sem terra, por meio de projetos de colonização. A partir do conflito armado interno (guerra civil que durou 36 anos), somaram-se famílias sobreviventes de comunidades massacradas buscando novas terras para se estabelecer. No final da década de 90, durante o processo de paz, o governo regularizou as propriedades, concedendo e garantindo a todas as famílias camponesas e indígenas a posse da terra que ocupavam.

Lorenzo afirma que “as comunidades sofrem atualmente uma segunda expulsão, em sua maior parte, forçada, provocada pelas empresas de dendê. Durante a última década, Sayaxché enfrenta um processo de concentração de terras por parte dessas empresas. Usando distintas estratégias, as empresas foram comprando terras de famílias camponesas e indígenas, de empresas de pecuária e, inclusive, de comunidades inteiras. Pressões e ameaças são frequentes para atingir os objetivos: “Se você não vender, vamos negociar esta terra com a sua mulher”, uma forma indireta para dizer que, se o dono não aceita, matam-no e negociam depois com a mulher dele. A maioria das terras tem posse compartilhada; para vender uma propriedade, exige-se a assinatura do homem e da mulher. Isso faz com que, ao se ver pressionado pelas empresas para vender, o homem pressiona sua esposa para que assine. A partir daí, surgem graves problemas familiares.

As famílias que resistem a vender vão ficando cercadas pelas plantações de dendê. Ao comprar as terras, as empresas fecham a servidão de passagem, impedindo que os vizinhos cheguem a suas

próprias terras por caminhos que tradicionalmente usavam para retirar suas colheitas, o que os obriga a usar outros, mais longos, ou que não estão em condições adequadas e implicam várias horas de caminhada para chegar ao destino. Isso torna quase impossível entrar nas propriedades para cultivar e sair para vender as colheitas ou comprar os insumos básicos. Além disso, os camponeses sofrem com outros métodos de pressão voltada a fazer com que abandonem e vendam suas terras; já foram relatadas queimas e fumigações de seus terrenos e cultivos, e roubo de colheitas.

O coordenador de CONDEG identifica que “a raiz do problema está em dois fatos: um é a política de funcionamento das empresas que têm todo o respaldo do estado – do governador, passando pelo ministério do trabalho, até o governo nacional. Isso nos preocupa muito. Outro é que as instituições do estado que legalizaram as terras não fizeram um mínimo de acompanhamento técnico sobre como manejar a terra, nem ofereceram qualquer incentivo para promover a produção de alimentos. As pessoas que se instalaram no lugar foram se adaptando como podiam à vida no campo, mas, ao mesmo tempo, começam a chegar as empresas com promessas de desenvolvimento e emprego.

Com o tempo, as pessoas comprovam que essas promessas nunca se cumprem. Das famílias que venderam suas terras, algumas se foram, outras acabaram arrendando algum terreno no qual cultivaram alimentos para sua subsistência e, em outros casos, passaram a ser trabalhadores dependentes da empresa de dendê, que se aproveita de populações pobres e com muitas dificuldades econômicas”.

Lorenzo destaca que, em 8 de maio, a mobilização de 13.000 camponeses e trabalhadores do município de Sayaxché contra as empresas de dendê dessa região do país fez um ano, reivindicando melhores condições de trabalho e salários dignos. Até o momento, o governo não cumpriu a promessa de dar resposta às reivindicações apresentadas.

“A mãe terra pode viver sem seres humanos, mas os seres humanos não podem viver sem a mãe terra”, reflete Lorenzo. “As empresas de dendê estão instaladas em terras camponesas, onde antes se cultivava milho, feijão e sementes de abóbora, entre outras culturas, e em lugares onde havia pastagens para criar gado. É propriedade privada, ninguém pode passar porque há guardas privados armados. A gente perde o acesso à água e à coleta de lenha, e se fecham as servidões de passagem. Destruíram o que restava da floresta; não é como o café, que se pode integrar a ela. Eles tiram tudo para beneficiar o monocultivo.

Temos um problema grave em Sayaxché, com casos de desmatamento, poluição e violação dos direitos trabalhistas e de acesso à terra (2). Agora que está tudo coberto de dendezeiros, as pessoas se dão conta de que o dendê não se come, nem os animais comem, ele só é útil para as empresas”.

(1) O WRM, em conjunto com a SAVIA – representante, na Guatemala, da RECOMA (Rede contra as Monoculturas de Árvores na América Latina) – e com a colaboração da REDE MANGUE (Redmanglar), visitou o país, realizando várias atividades de difusão e registro de testemunhos sobre os impactos da expansão dos monocultivos de dendê nas populações locais.

(2) Para ampliar esta informação, acesse os relatórios elaborados pela CONDEG: “Investigación y documentación de casos de violaciones de derechos de paso de las personas y/o comunidades del municipio de Sayaxche, departamento de Petén” e “Aproximación a las prácticas de violación a los derechos laborales en las fincas de palma africana, Sayaxche, Peten. ¿Neocolonialismo?” disponíveis em: <http://wrm.org.uy/paises/Guatemala/casos-derecho-de-paso.pdf> e <http://wrm.org.uy/paises/Guatemala/informe-CONDEG-EMPLEO.pdf>

Publicado em 30 de maio, 2013. Incluído no Boletim 190 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/guatemala-dende-promove-nova-expulsao-de-comunidades-rurais/>

América Central: trabajadores do dendê na América Central: a experiência da Rel-UITA

En las últimas décadas la plantación de monocultivos de palma aceitera a gran escala se ha expandido por las regiones tropicales de Asia, África y América Latina.

Conversamos con Giorgio Trucchi, corresponsal en Centroamérica para la Rel-UITA (Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación y afines), organización que ha estado involucrada en varios casos de denuncia de violación a los derechos humanos y de conflictos sindicales vinculados a monocultivos de palma.

- La Rel-UITA tiene sindicatos afiliados en la mayoría de los países de América Latina, entre sus afiliados en Centroamérica ¿hay sindicatos palmeros?

La situación de los trabajadores de la palma en los distintos países de Centroamérica es muy similar: es impensable que existan sindicatos palmeros. Nosotros hemos dado seguimiento al proceso de expansión en Guatemala, Honduras y Nicaragua, donde la tercerización y las presiones empresariales impiden la sindicalización.

Según testimonios de personas que trabajan o han trabajado en plantaciones de palma, es imposible organizarse porque inmediatamente la actitud de la empresa es despedirte e incluso a veces ponerte en una lista negra para que después tengas problemas al buscar trabajo en otras fincas. Entre los grandes terratenientes manejan una misma política laboral, de derechos y comercial.

Otro tema particular es que los dueños de estas fincas con plantaciones de palma casi no aparecen, el que trata con los trabajadores es el contratista, persona radicada en el lugar que conoce muy bien la zona y las necesidades de la gente. El contratista negocia en forma directa con la empresa una determinada propuesta de trabajo: cantidad de hectáreas a plantar, monto y condiciones de pago (por tareas o por jornada) y condiciones de alimentación para los trabajadores y el porcentaje que recibirá por cada trabajador. Una vez que el contratista acepta el negocio, sale a buscar gente.

- ¿Cómo se dan las relaciones laborales entre trabajadores y contratistas?

Por lo general se pueden diferenciar cuatro formas en las relaciones laborales:

Trabajadores permanentes con contrato, a quienes se les pagan todas las prestaciones sociales. En esta categoría se encuentran los administrativos de confianza, capataces o ingenieros, nunca los trabajadores dedicados a la cosecha o a otras tareas vinculadas directamente con la plantación.

Trabajadores permanentes sin contrato, que no acceden a las prestaciones sociales pero que en algunos casos llegan a acordar el pago del seguro social.

Trabajadores temporales locales, que viven con su familia en la comunidad cercana a la plantación, donde posiblemente tengan una parcelita propia para cultivo de subsistencia, pero para completar sus ingresos trabajan en temporada en las plantaciones, sin contrato y sin ningún tipo de prestación social.

Trabajadores temporales que vienen de lejos. Si el contratista necesita contratar gente por la temporada, hace un llamado por distintos medios de comunicación en otras zonas del país. Las personas que no tienen empleo en sus comunidades y que acuden a este llamado, terminan viviendo en muy malas condiciones dentro de las plantaciones, sin prestaciones sociales, lejos de su familia, sin el sustento que obtenían de su parcela. Quedan libradas a los vaivenes de las temporadas o zafras de trabajo y a las condiciones que impongan contratistas e ingenieros.

Una estrategia que se aplica a los trabajadores no permanentes es contratarlos por dos o tres meses (depende del país) y luego despedirlos. Pasan un mes en su casa y se los vuelve a contratar; eso les permite no registrar nada ante el Ministerio de Trabajo ni tramitar seguros.

Más del 90% de los trabajadores no cuentan con prestaciones sociales, trabajan en régimen de subcontratación y además tienen la presión de saber que detrás suyo hay una lista de personas esperando ocupar su lugar. Por lo tanto es prácticamente imposible que esta gente se organice en sindicatos para exigir sus derechos o siquiera demande mejoras en sus condiciones laborales.

- Este modelo de producción a gran escala y con una especie exótica implica el uso de importantes cantidades de agrotóxicos. ¿Esto ha impactado de alguna manera en la salud de los trabajadores/as?

Sobre este tema se habla muy poco, casi no hay información por la falta de registros, lo que responde al alto grado de tercerización y precariedad laboral. Conversando con trabajadores, todos hablan de falta de medidas de higiene y seguridad laboral en la aplicación de agrotóxicos y que no se les facilitan los implementos de protección necesarios. Muchas veces las mochilas con las cuales se aplican los productos se derraman sobre el cuerpo de los trabajadores; hay casos de intoxicaciones, pero todo se “soluciona” con el contratista que es quien asume los riesgos. A los trabajadores que con suerte son asistidos en hospitales públicos luego les resulta muy difícil acceder a los medicamentos o darle continuidad a un tratamiento; si no trabajan no hay dinero. Ni qué hablar de afecciones permanentes o muertes; están en una situación de desamparo total. Las empresas se mantienen ajenas a estas situaciones, no se responsabilizan por nada de lo que pase en las plantaciones.

- La expansión de los monocultivos de palma implica un cambio en el uso y propiedad de la tierra. ¿Qué había en estas tierras antes de ser ocupadas por las plantaciones de palma?

Tanto en Honduras, Guatemala como Nicaragua, la palma reemplaza a otros monocultivos (banano, algodón, caña) destruidos por fenómenos climáticos o por caídas en los precios del mercado internacional que ya no los hace tan convenientes, pero por sobre todo ocupa también tierra que antes estaba en manos de comunidades campesinas e indígenas.

Uno de los principales impactos de los monocultivos de palma es la concentración y acaparamiento de tierras en pocas manos. Los grandes empresarios llegan para comprar la tierra a las comunidades indígenas y campesinas. En muchos casos esto no es sencillo, las comunidades que tienen siglos de vivir allí con sus cultivos de subsistencia, su cultura, se niegan a vender. Son muy pocas las familias que deciden vender voluntariamente, lo común es que esto se logre mediante amenaza y represión o a través del engaño, con promesas que nunca se cumplen. Un claro ejemplo de esto es la situación en el Bajo Aguán en Honduras.

Ante esta situación, las familias reaccionan de manera diferente; algunas se niegan a vender la tierra y resisten las amenazas y la represión, otras venden porque fueron amenazadas pero se quedan con una pequeña parcela para seguir cultivando alimentos, porque saben que esto es necesario para sobrevivir; o bien venden todo y alquilan una o media hectárea para subsistencia. Por último están las familias que venden todo, son las que más sufren la pérdida de seguridad y soberanía alimentaria. Pasan de ser pequeños productores con un cierto grado de autonomía, a ser totalmente dependientes de la finca palmera. De esa forma son mucho más propensos a ser chantajeados y deben aceptar todas las condiciones laborales que se les imponga.

- Al comienzo las plantaciones de palma estaban destinadas a la industria farmacéutica y de producción de comestibles; en los últimos años, y con la excusa del cambio climático, se ha sumado la producción para agrocombustibles y como sumideros de carbono.

Como forma de promover estas iniciativas, tanto empresarios como autoridades del BID o del Banco Mundial afirman que estas plantaciones traen inversión, desarrollo y trabajo a zonas rurales con altos niveles de pobreza. ¿Se percibe esto en las comunidades donde has estado?

Los organismos financieros internacionales están promoviendo estos monocultivos como MDL (mecanismos de desarrollo limpio) en países del Sur, justificando así la continuidad de la contaminación en países del norte.

La fuerte implementación de la palma africana desde la década del 90 ha sido promovida sobre todo por el BID y el Banco Mundial, con una responsabilidad directa y con ese discurso benefactor. En realidad están generando trabajo esclavo y provocando inseguridad alimentaria, conflicto y muerte.

En Honduras, por ejemplo, el empresario Miguel Facusé ha dicho que la palma brinda bienestar y desarrollo a la comunidad. Conversando con los trabajadores de la palma en el Bajo Aguán, dicen que eso fue lo que les vendieron, lo cierto es que desde que llegó la palma africana aquí los únicos que se beneficiaron, además de los propios empresarios, son los dueños de las pulperías y que nunca ha habido tanto endeudamiento de las familias como ahora cuando casi todo el mundo trabaja en las plantaciones de palma.

Algunos trabajadores reflexionan: “antes no tenía el dinero en efectivo que tengo ahora, pero ahora ya no produzco mis alimentos en mi parcela”. Con el dinero que ganan compran en la pulpería una serie de productos impuestos por el mercado. Más dinero y más consumo no equivale a mayor bienestar. Además el salario es tan bajo -generalmente no llega a un salario mínimo- que antes de que termine el mes se termina el dinero y terminan comprando fiado (a cuenta de la próxima mensualidad) en la pulpería.

Con la palma se han generado empleos, aunque comparativamente siempre menos que en otros monocultivos como el banano o el algodón, y con el problema de las malas condiciones en las que se trabaja. La implantación de la palma no ha implicado mejoras para las familias de los trabajadores ni desarrollo para la comunidad.

- *¿Trabajan mujeres en las plantaciones?*

Las mujeres en general son contratadas para trabajar en los viveros. Se contratan con el mismo régimen y horario que los hombres pero con una discriminación en el pago que es sensiblemente menor que el de los hombres.

Todos los cambios descritos anteriormente (en las formas de producción, acceso a la tierra, ruptura de trama social y familiar) repercuten en mayor grado y directamente sobre las mujeres. Si ya no se plantan alimentos en la huerta hay que comprar comida, pero si no hay dinero o si no da para llegar a fin de mes, no hay comida. Son las mujeres quienes se las ingenian siempre para encontrar cómo sobrevivir. Las relaciones interpersonales en la familia se complican; un hombre que no trabaja o que es sobre-explotado en su trabajo es proclive a transmitir esas frustraciones a la familia y en especial a la mujer.

Entonces las mujeres se ven impactadas doblemente, por la afectación directa del trabajo en los viveros y por los impactos que genera la palma africana sobre el núcleo familiar, que terminan repercutiendo en especial sobre las mujeres.

- *¿Cuál ha sido el rol de los gobiernos nacionales al respecto?*

En Centroamérica ha sido de total respaldo a los terratenientes, con el discurso de siempre de que trae bienestar y trabajo. Se han promulgado leyes de trabajo temporal y por hora, donde uno de los sectores más beneficiados fue el agrícola, especialmente los bananeros y palmeros. Esto acaba en cualquier lugar, si existen o sin son incipientes, con los sindicatos. Acaban con la posibilidad

de protesta o demanda de derechos, porque se contrata por tres días al trabajador y si cae bien lo re-contratan y si no, toman a otra persona.

- *¿Cuál ha sido el trabajo de Rel-UITA en relación a esta problemática y cuáles los desafíos encontrados?*

La Rel-UITA le ha dado un importante seguimiento al tema de los monocultivos agrícolas en Centroamérica. Lo que hemos visto es que donde más ha habido problemas fuertes, represión, muertes y violación a todo tipo de derechos -derechos humanos en el sentido más amplio- es en la palma africana y en la caña.

A través de la cobertura periodística se le ha dado un apoyo constante a los trabajadores y comunidades locales, dando a conocer a los gobiernos locales y a la comunidad internacional los impactos de estos monocultivos sobre la gente. Fue así que se ha logrado destapar algunos casos concretos como por ejemplo la situación en el Bajo Aguán. Integramos la Misión Internacional de verificación en el terreno para registrar la situación de los derechos humanos, la cual ha presentado su informe final al Alto Comisionado de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas y ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, entre otros, vinculando directamente la expansión de la palma africana con la violación de derechos humanos.

Como ejemplo de nuestro accionar, en estos momentos estamos organizando y convocando una audiencia pública y seminario internacional sobre los derechos humanos en el Bajo Aguán en coordinación con organizaciones de derechos humanos y organizaciones campesinas del lugar. Brindaremos además la cobertura periodística del evento.

Estamos totalmente comprometidos con este tema, articulando con organizaciones internacionales como FIAN y WRM entre otras, a la vez que es muy importante el vínculo que hemos ido creando y reforzando con organizaciones campesinas y de derechos humanos en cada uno de los países afectados.

Publicado em 30 de maio, 2012. Incluído no Boletim 178 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/trabalhadores-do-dende-na-america-central-a-experiencia-da-rel-uita/>

2. Plantações na era da Economia Verde: empregos verdes, plantações de 'nova geração', plantações para biomassa e carbono

Trabalho, economia e empregos verdes

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem 160 milhões de pessoas que anualmente contraem doenças ligadas ao trabalho; 270 milhões de trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho e dois milhões que morrem por ano em decorrência desses acidentes ou doenças. O diretor-geral da organização, Juan Somavia, afirma que a 'economia verde', promovida pela própria ONU e principal ponto de pauta na conferência Rio+20 no próximo mês, deveria, portanto, trabalhar no sentido de promover lugares de trabalho seguro para todas e todos. No entanto, será que as atividades que serão estimuladas na economia verde irão forjar essa mudança necessária?

A 'economia verde' das monoculturas de árvores

Empresas que podem se beneficiar muito da economia verde são as que promovem a monocultura de árvores, considerada 'reflorestamento' pela Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO), ligada à ONU. A FAO prevê um aumento brutal dessas monoculturas, entre 40 e 90 milhões de hectares de 'florestas plantadas' até 2030, sem contar com a palma africana, o

dendezeiro. No contexto da economia verde, muitas dessas supostas florestas serão plantações de monoculturas de árvores que possam fornecer energias 'verde', por exemplo:

(1) plantações que não só abastecem fábricas de celulose, mas que possam produzir também agrocombustíveis a partir da celulose em complexos industriais chamadas biorefinarias. Uma delas já está sendo construída na Finlândia.

(2) plantações de árvores de rápido crescimento de biomassa, por exemplo, para produzir carvão vegetal para abastecer fornos de siderurgias ou para produzir pellets de madeira para gerar energia na Europa. Estão sendo construídas várias usinas de energia na Europa para queimar madeira, sobretudo no Reino Unido.

(3) e plantações de palma africana (dendezeiro), sobretudo na Indonésia, para produzir óleo que será refinada para biodiesel, que possa ser queimada para gerar eletricidade ou abastecerão carros e aviões, principalmente na Europa.

Há também planos para mais milhões de hectares de plantações para 'vender' carbono, por exemplo, na Indonésia e na Índia, com o objetivo de 'abastecer' indústrias no Norte com 'créditos de carbono' a partir da falsa suposição de que esses 'créditos' compensariam sua poluição.

Os 'empregos verdes'

Nesse cenário, os países do Sul estariam sendo beneficiados com os empregos verdes. A própria FAO, em 2009, já falava que o 'manejo florestal sustentável' poderia gerar 10 milhões de novos empregos. Já que o manejo sustentável exercido secularmente pelos povos da floresta está cada vez mais ameaçado, e considerando o forte lobby da indústria que promove as monoculturas de árvores junto à FAO, só podemos chegar a uma conclusão: segundo a FAO, empregos verdes se criam quando se implementam plantações industriais de árvores que, aliás, não param de crescer.

Ao longo dos anos, o WRM tem relatado bastante as condições em que vivem trabalhadores, homens e também mulheres, em plantações de eucalipto, pinus, palma e seringueira. Esses trabalhadores costumam ser pessoas das comunidades locais e exercem atividades bastante perigosas, como aplicação de agrotóxicos ou manuseio de motosserras. Nos últimos 20 anos, temos visto uma crescente precarização das condições de trabalho desses trabalhadores com a terceirização e quarteirização das atividades, exigindo trabalho por produção, baixando salários, restringindo direitos e dificultando a organização sindical. Como criar lugares seguros para trabalhar nessas condições?

São esses trabalhadores que foram gravemente afetados pela crise econômico-financeira que estourou em 2008 quando a demanda global por produtos industriais reduziu. Muitos e muitas foram demitidos, vivendo o desespero do desemprego e pagando o preço por uma crise que eles não causaram, salvando as taxas de lucro dos donos das empresas. Esses trabalhadores podem até ser recrutados novamente, mas não têm garantia de trabalho a médio e longo prazo. O que as empresas querem é flexibilidade.

A tendência das empresas realizarem projetos industriais cada vez maiores tende a agravar o quadro. No Brasil, a situação no canteiro de obras da maior fábrica de celulose do mundo, da Eldorado Brasil, relatada neste boletim, não deixam dúvidas. Gera insegurança e até desespero na vida de trabalhadores, na sua maioria vinda de fora, e na população local.

Como criar lugares seguros de trabalho?

Muitas vezes, os trabalhadores temporários das empresas ligadas às plantações de monoculturas já foram posseiros e camponeses, um dia. Com a posse da terra, tinham segurança para trabalhar e podiam viver em paz, com um ambiente intacto, oferecendo riquezas como água pura, alimento, remédios naturais, etc. Essa é a história de comunidades na Indonésia que viam seu ambiente

destruído por empresas de palma que prometeram que o dendezeiro ia melhorar sua vida. Desiludidas, decidiram lutar para retomar suas terras. Uma dessas histórias está relatada também neste boletim.

Em suma, avançar na ideia do trabalho seguro requer muitas medidas urgentes, algumas delas:

- políticas públicas que controlam e fiscalizam as empresas para verificar se respeitam os direitos dos trabalhadores e punir rigorosamente as empresas que os violam.
- políticas públicas que garantam os direitos territoriais de comunidades e suporte para suas produções de alimentos e outros, de modo que tenham a segurança para continuar trabalhando nas suas terras e, ao mesmo tempo, conservar a natureza da qual dependem.
- políticas capazes de parar o processo em curso de privatização e concentração de terras em nome de investimentos da economia verde, por exemplo, plantando monoculturas de árvores para biomassa e agrocombustíveis.

Essas medidas poderiam contribuir de forma concreta para se criar uma economia e trabalho decentes, assegurando e promovendo mais lugares seguros e por cima verdes, com a vegetação nativa conservada, para as pessoas trabalharem e viverem feliz.

Publicado em 30 de maio, 2012. Incluído no [Boletim 178](http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/trabalho-economia-e-empregos-verdes/) - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/trabalho-economia-e-empregos-verdes/>

Rejeição à iniciativa do WWF: Projeto de Plantações de Nova Geração

Em ocasião do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, a Rede Latinoamericana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA), uma rede de organizações latinoamericanas cujo objetivo fundamental é coordenar atividades para se opor à expansão das monoculturas florestais em grande escala na região e que conta com representantes de vários países latinoamericanos, junto com diversas organizações e ativistas sociais, estão fazendo um apelo público a rejeitar a iniciativa denominada “Projeto de Plantações de Nova Geração” (NGPP por sua sigla em inglês (1)), promovida pela organização conservacionista Fundo Mundial para a Natureza (WWF, por sua sigla em inglês).

O apelo alerta o seguinte:

“De acordo com a informação disponível em seu site, o WWF afirma que “não é possível prescindir do comércio atual das commodities(2) e os serviços que fornecem as plantações de árvores”, e ainda mais, apresenta a necessidade de melhorar o modelo florestal atual para manter tal fluxo, conservar os ecossistemas prístinos e respeitar os direitos das comunidades. E para consegui-lo considera que basta com melhorar o manejo das plantações.

Contudo, é o comércio atual de commodities e, mais amplamente, o modelo de produção e consumo atual que está na raiz dos problemas que a humanidade sofre atualmente. E em nenhum momento o WWF faz uma crítica a este modelo ou se apresenta uma mudança. Quer acreditar ou fazer acreditar que por um ato de mágica serão resolvidas as contradições intrínsecas do florestamento industrial: concentração da terra, despejo de comunidades locais e exclusão de outras formas produtivas, esgotamento da água e do solo.

Os prejuízos sociais e ambientais das plantações- em relação inversamente proporcional ao lucro das corporações- estão diretamente relacionados com o ‘modelo florestal’ de escala industrial e em regime de monocultura, ao qual o WWF faz referência. Por isso, as grandes corporações florestais sempre usaram todas as estratégias possíveis para maquiagem de verde suas atividades. E o

WWF cai como uma luva para tal fim. A única preocupação desta organização parece ser manter e ampliar os mercados atuais das plantações.

Além disso, uma grande parte do NGPP está voltada a abrir as portas ao mercado do carbono e a energia para as plantações florestais, permitindo assim que ainda mais terras férteis das que milhões de pessoas na América Latina dependem para sua sobrevivência sejam ocupadas por grandes corporações.

A iniciativa NGPP envolve um grupo de corporações do setor florestal (CMPC – Forestal Mininco, Masisa, Fibria, Masisa, Mondi, Portucel, Sabah Forest Industries, Stora Enso, Veracel, UPM-Kymmene) bem como a Administração Florestal do Estado da China, a Comissão Florestal do Reino Unido e a Iniciativa Florestal da Suécia.

No site da Iniciativa é mostrada uma série de exemplos de plantações industriais no mundo todo, que têm ajudado a “*conservar a biodiversidade*”. Dos nove casos em destaque, cinco correspondem a plantações de árvores na América Latina que pertencem às empresas UPM (caso de estudo no Uruguai), Veracel/ Stora Enso e Fibria (dois casos no Brasil), Masisa (Argentina) e CMPC/ Forestal Mininco (caso no Chile). Todas e cada uma destas empresas acumulam em seus prontuários denúncias por parte das comunidades locais, que obviamente o WWF optou por ignorar.

As denúncias incluem a violação dos direitos das comunidades indígenas e tradicionais a seus territórios, a ocupação ilegal de territórios, a destruição de valiosos ecossistemas e fontes de água, a substituição de terras para a produção de alimentos por plantações, entre outras.

Desde a RECOMA e outras organizações e ativistas abaixo assinados denunciemos este tipo de manipulações como uma forma de servir aos interesses mercantis de empresas que não duvidam em violentar os direitos das comunidades onde impõem suas monoculturas de árvores. Ao mesmo tempo fazemos um apelo público a todos os movimentos e organizações sociais a rejeitar este projeto do WWF.

Lançamos este comunicado como parte das ações do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, ao tempo que lembramos Ricardo Carrere, quem durante sua vida e trabalho no WRM e na RECOMA ajudou a incentivar a luta contra as plantações de árvores e seus impactos negativos reivindicando os direitos das comunidades locais e dos Povos Indígenas sobre seus territórios.

21 de setembro de 2011

Notas:

- (1) vide o site do projeto em: <http://newgenerationplantations.com/>
- (2) termo anglo-saxão utilizado para definir aquelas mercadorias comercializável a granel nos mercados financeiros internacionais

Publicado em 30 de setembro de 2011. Incluído no Boletim 170 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/rejeicao-a-iniciativa-do-wwf-projeto-de-plantacoes-de-nova-geracao/>

Biomassa e Bioenergia. Plantações de árvores para bioenergia no sul

No Sul global, onde já há aproximadamente 60 milhões de hectares de terra ocupados por plantações industriais de árvores, tanto na Ásia e na África quanto na América Latina, começam a surgir planos e projetos para o estabelecimento de plantações de árvores voltadas à produção de bioenergia para exportação, em resposta à crescente demanda do Norte.

Diante das projeções da demanda por biomassa para bioenergia na UE, que dispara com os objetivos e incentivos concedidos, será necessário importar a matéria-prima para poder atendê-la. A espanhola Asociación Nacional de Fabricantes de Tableros (ANFTA) calculou em 2010 que, para alcançar os objetivos de biomassa dos diferentes estados-membros para 2020, serão necessários 700 milhões de metros cúbicos de madeira para queimar por ano. Segundo as projeções, na Europa existem apenas 800 milhões de metros cúbicos de madeira (florestal e reciclada) disponíveis anualmente, os quais, em sua maioria, já se destinam a outros usos, como a construção, a produção de móveis ou de polpa de celulose para papel. Esses usos demandam até 500 milhões de metros cúbicos anuais. Se essa cifra se soma à demanda para biomassa, chega-se a um total de 1,2 bilhão de metros cúbicos. De acordo com essas estimativas, que coincidem com as da FAO, faltarão 400 milhões de metros cúbicos de madeira na União Europeia em 2020.

Outra análise de dados e tendências produzida pela organização Fern e redigida por James Hewitt em 2011 estima que o consumo de biomassa de madeira na União Europeia aumentará entre 100 e 200 milhões de metros cúbicos em torno do ano 2020, e que a maioria dos estados-membros não tem condições de atender a esse aumento com seus próprios recursos madeireiros. Contudo, essas cifras poderiam resultar em subestimações graves, devido à recente tendência de conversão das centrais energéticas de carvão a biomassa e o aumento massivo de co-combustão por parte de várias empresas de energia.

A demanda por granulados na UE supera bastante a oferta doméstica desde 2008, tendo sido importadas mais de três milhões de toneladas métricas em 2011. Estudos prevêm o uso de granulados principalmente como fonte de cogeração de eletricidade em grandes plantas, e também para uso doméstico.

Os referidos estudos estimam que, para o ano 2020, haverá uma grande expansão de monocultivos de árvores de rápido crescimento no Sul para exportação à União Europeia. Um dos cenários prevê que se poderia produzir um total de cerca de 15 milhões de toneladas de pellets majoritariamente no Sul, principalmente no Brasil, no Uruguai, em Moçambique e no oeste da África. De acordo com anúncios realizados recentemente por empresas de energia europeias sobre seus planos em relação ao uso de biomassa, a cifra real poderia ser muito maior. Quinze milhões de toneladas de pellets de madeira poderiam significar uma área de, pelo menos, 450 mil hectares de plantações de curta rotação (2 a 3 anos) – por exemplo, de eucaliptos para biomassa no Brasil, que tem índices de rendimento mais elevados do que plantações em outros países.

América do Sul

Na América do Sul, o **Brasil** se apresenta como um dos principais países que oferecerão madeira para a produção de energia no Norte. Desde os anos 70, tem mais de um milhão de hectares de plantações de eucaliptos concentradas no estado de Minas Gerais, usadas para gerar energia. O eucalipto, depois de ser cortado, transforma-se em carvão vegetal que alimenta cerca de 200 siderúrgicas.

Neste momento, no Brasil, podem ser encontradas plantações já existentes, voltadas especialmente para a produção de energia com vistas à demanda crescente na Europa. Desde 2005, começaram a ser realizados experimentos com eucalipto plantado em maior densidade para comprovar o rendimento em termos de biomassa por hectare. Em 2007, no estado de São Paulo, estabeleceu-se um projeto-piloto de plantações para energia em maior densidade, para abastecer com energia uma refinaria de álcool. Em 2009, no estado do Tocantins, a empresa GMR Florestal estabeleceu sua primeira área-piloto com eucaliptos clonados para produzir 33 MW de eletricidade. Hoje, a mesma empresa tem planos de ampliar para 350.000 hectares suas plantações na região. No mesmo ano, mas no estado de São Paulo, o Grupo Bertin também fez experiências-piloto com plantações de eucaliptos clonados para biomassa.

Técnicos de Uruguai, Chile, México, Nicarágua e Guatemala já visitaram a região, o que mostra um claro interesse por parte da indústria florestal desses países em desenvolver esses cultivos.

Uma das últimas novidades é o projeto da empresa Suzano Papel e Celulose, de realizar grandes plantações de eucaliptos no Nordeste do Brasil, para produzir biomassa de madeira. A Suzano é a segunda produtora de pasta de madeira do mundo, com cinco fábricas de celulose no Brasil. Hoje em dia, ela controla 722.000 hectares de terra com 324.000 hectares de plantações de eucaliptos nos estados de Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão.

Em meados de 2010, o Grupo Suzano criou a Suzano Energia Renovável. O investimento proposto é de 1,3 bilhão de dólares e inclui cinco unidades de produção de pellets de madeira, com uma capacidade de produção total de cinco milhões de toneladas por ano desse combustível de biomassa. A primeira etapa consiste em adquirir terras e construir três unidades de produção de granulados de um milhão de toneladas cada uma, que começariam a funcionar em 2013. A Suzano espera obter um rendimento líquido de 500 milhões de dólares em 2014, e já assegurou contratos de venda por 2,7 milhões de toneladas. Em agosto de 2010, a Suzano e a empresa britânica MGT Power Ltd. assinaram uma carta de intenções nesse sentido.

Em 2009, foram feitas plantações de teste de eucaliptos e acácias no Piauí e no Maranhão. O diretor da empresa, André Dorf, declarou em 2011: “as terras já foram prospectadas e o processo de aquisição deve acontecer já neste ano”, e afirmou também que o Nordeste “(...) tem a nossa preferência devido à proximidade de importantes portos que facilitam o fluxo da produção, já que o nosso objetivo é fornecer ao continente europeu”. Segundo o diretor, são necessários cerca de 30.000 hectares para produzir um milhão de toneladas de pellets de madeira. Considerando que pretende produzir cinco milhões de toneladas por ano, a Suzano necessitará um total de 150.000 hectares de terra.

A aquisição de terras para a plantação de eucalipto para celulose já provocou graves problemas no Nordeste do Brasil, onde as comunidades quilombolas seguem lutando pelo reconhecimento de seus direitos sobre seus territórios tradicionais. Inaldo Serejo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, afirma em uma entrevista que “há um avanço no Maranhão, por exemplo, de empresas como a Suzano Papel e Celulose que está comprando áreas imensas de terra, áreas ocupadas por comunidades tradicionais para plantar eucalipto”. Como resultado, cabe supor que os problemas aumentarão com a expansão das novas plantações para biomassa.

Uruguai e Argentina, onde já se fizeram sentir os impactos das plantações florestais industriais, também se posicionam como possíveis fornecedores de madeira para energia, o que pressupõe ainda mais expansão em ambos os países.

Na **Guiana**, informou-se que a empresa Clenergen, registrada nos Estados Unidos e que pretende se posicionar como a principal produtora e distribuidora em nível global de matéria-prima de biomassa para uso na produção de eletricidade, arrenda 2.000 hectares de terras (com opção a outros 58.000 hectares) para a produção de madeira para energia a partir de plantações de árvores, destinadas a exportação aos Estados Unidos e ao Reino Unido. Também tem projetos em Madagascar, Tanzânia e Moçambique, para exportar cavacos à África do Sul e Índia, além de projetos nas Filipinas e em Gana.

Extraído de Artigo publicado em 30 de janeiro, 2013. Incluído no Boletim 186 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/biomassa-e-bioenergia/>

Brasil: O caso da Plantar – o FSC servindo para vender créditos de carbono

Empresas que promovem a monocultura de árvores em larga escala não estão em busca do selo do FSC apenas para valorizar seu produto final. Há empresas que usam o FSC para um fim bem específico e bem diferente: querem se credenciar para a venda de créditos de carbono, como é o caso da empresa Plantar S/A, no estado de Minas Gerais, Brasil.

Há mais de 10 anos, a empresa Plantar apresentou um projeto de venda de créditos de carbono ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF – *Prototype Carbon Fund*), do Banco Mundial. Esse Fundo pretendia reunir projetos pilotos de comércio de carbono através do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), em diferentes setores produtivos, para que esses ‘bons’ exemplos pudessem ser multiplicados posteriormente.

No projeto original, a Plantar argumentava que necessitava do dinheiro da venda de créditos de carbono para plantar 23,100 hectares de monocultura de eucalipto, a fim de que não fosse ‘forçada’ a usar o carvão mineral, outra fonte de energia, que segundo ela, era mais barata para produzir o ferro gusa na sua usina siderúrgica localizada na cidade de Sete Lagoas. A Plantar afirmava que o uso do carvão mineral, um combustível fóssil, emitiria mais carbono que o uso do carvão vegetal, que seria um “combustível renovável”, além de ser produzido a partir do eucalipto, que seria replantado diversas vezes. Como o projeto envolvia plantações de eucalipto e, para o Banco Mundial, tratava-se de um projeto de referência, ele recebeu o selo FSC, que era uma garantia de um ‘bom projeto’, que praticaria um ‘bom manejo florestal’ nos 23.100 hectares.

A Plantar começou a ser certificada pelo FSC a partir de 1997. Vale ressaltar que, na época, foi divulgada a notícia de que a Plantar queria o certificado para sua produção de carvão para churrasco. No entanto, era estranho esse argumento, pois apenas uma parcela muito pequena de toda a produção das áreas certificadas seria destinada para isso, enquanto a maior parte do carvão iria para a usina de ferro-gusa da Plantar, em Sete Lagoas. Além disso, essa certificação, assim como muitas outras de monoculturas de árvores, foi muito criticada em função dos impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais (1). Ficou cada vez mais evidente o interesse da Plantar em vender créditos de carbono e para isso precisava do FSC.

Chama a atenção que o FSC, no seu site, afirma que “fornece uma ligação credível entre a produção e consumo responsável para produtos florestais, possibilitando consumidores e empresas a tomar decisões de compra que beneficiem as pessoas e o meio ambiente (...)”. Apesar dessa afirmação, o FSC, até agora, não tem tomado nenhuma posição clara em relação a empresas como a Plantar, que usam o FSC há anos para garantir sua comercialização de créditos de carbono. Até porque não é possível que os créditos de carbono se encaixem na categoria do ‘consumo responsável’. Projetos de comércio de carbono se encaixam numa categoria bem diferente, a de falsas soluções para a crise climática.

Num documento específico sobre o ‘carbono florestal’, o FSC declara em dezembro de 2010 que “*não deveria evitar que seus beneficiários certificados tenham acesso a mercados de carbono, mas tem que assegurar que isso não cause riscos à reputação do FSC*” (2). No entanto, a venda dos créditos de carbono pela Plantar, de suas plantações certificadas pelo FSC, é mais um fator que contribui para diminuir a credibilidade do FSC.

Em setembro de 2010, dezenas de organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo entregaram mais uma vez uma carta ao Conselho Executivo do MDL da UNFCCC, protestando contra o registro oficial pela ONU do projeto de carbono da Plantar como um projeto de MDL. As organizações apontaram para os impactos negativos das plantações de eucalipto e afirmaram que os eucaliptos armazenam o carbono apenas temporariamente e que “*é inaceitável que o carbono armazenado nos eucaliptos justifique a emissão de uma quantidade equivalente de carbono da queima de combustíveis fósseis por empresas poluidoras da Europa*”. O resultado é um aumento líquido de emissões de carbono, ou seja, trata-se de uma falsa solução para resolver

o problema das mudanças climáticas. Apesar de mais essa carta, a Plantar conseguiu registrar, em setembro de 2010, o último e mais polêmico componente do seu projeto MDL junto ao Conselho Executivo do órgão: as plantações de eucalipto como ‘reservatórios’ de carbono.

Apenas no dia 14 de fevereiro de 2011, o Conselho Executivo do CDM respondeu à carta de organizações e movimentos sociais sobre o projeto da Plantar. O Conselho disse que a preocupação da nossa carta era que o projeto da Plantar não contribuisse com o desenvolvimento sustentável no Brasil. Disse ainda que essa avaliação é da competência do Governo Brasileiro. Ou seja, o Conselho do CDM se esconde atrás da política oficial perversa do Brasil de expandir as monoculturas de árvores em larga escala para atender os interesses empresariais, causando inúmeros conflitos e impactos negativos no país. E mais, desconsidera aquilo que foi escrito e argumentado na carta das organizações e movimentos sociais sobre o fato que o projeto da Plantar apenas agrava a crise climática! Pelo menos isso deveriam responder, já que são os “especialistas” no assunto, mas não houve resposta nenhuma. É uma desconsideração total com a sociedade.

Espera-se agora que a Plantar e outras empresas do ramo tentem registrar mais projetos de carbono que possam garantir dinheiro e mais lucros para seus negócios. O ‘Lorentzen Empreendimentos’, comandado pelo Haakkon Lorentzen, filho do fundador da Aracruz Celulose S/A, a atual Fibria –, se aliou a Plantar numa nova empresa chamada Aflopar. Essa empresa já adquiriu nos últimos anos pelo menos 60 mil hectares de terras no estado de Minas Gerais (3).

O objetivo da Aflopar, segundo o Lorentzen, é produzir carvão, mas o Grupo também planeja desenvolver atividades no segmento do crédito de carbono, ou seja, vender esses créditos para empresas poluidoras interessadas na compra. Em outro artigo, o dono da Plantar, Geraldo Moura, afirmou o seguinte, depois de destacar a diferença em custos do uso do carvão vegetal e mineral: “Quando as siderúrgicas movidas a carvão vegetal começarem a compensar essa diferença vendendo créditos de carbono, vão perceber que a substituição é um bom negócio” (4).

Há muito tempo denunciávamos a falta de credibilidade do FSC, enquanto este tem dado, em última instância, seu aval às monoculturas de árvores e contribuído para debilitar as lutas de resistência das comunidades impactadas. Se, além disso, o FSC começa a certificar as plantações que querem lucrar duplamente com créditos de carbono, apenas irá confirmar que o seu selo “verde” contribui para aumentar os lucros empresariais e ainda agravar a crise climática.

(1) www.wrm.org.uy/actores/FSC/certificaport.html

(2) http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/News/Climate_change_news/FSC_FCWG_Issue_Paper_Carbon_FINAL.pdf

(3) Ferreira, Rodrigo, “Bioenergia e o mercado de carbono: oportunidades para a cadeia produtiva da siderurgia”, apresentação powerpoint durante “Seminário Bases Bioenergéticas para uma Indústria Verde”, 6 April 2010

(4) Herzog, Ana Luísa, “Agronegócio, eles querem florestas...”, http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_270602.shtml?func=1&pag=0&fnt=9pt, Revista Exame, 02/2008

Publicado em 28 de fevereiro, 2011. Incluído no *Boletim 163* - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-o-caso-da-plantar-o-fsc-servindo-para-vender-creditos-de-carbono/>

Guatemala: o avanço silencioso dos monocultivos de seringueira e a venda de carbono

A árvore da borracha, conhecida como seringueira, pertence ao gênero *Hevea* e é originária da América do Sul. Dentro das espécies desse gênero, a *Hevea brasiliensis* é a que costuma ser explorada de maneira industrial.

O cultivo da seringueira foi introduzido na Guatemala em 1940, por iniciativa do departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte. Quinze anos mais tarde, um primeiro censo no país informou a existência de cerca de 10.000 hectares dessas plantações. Em 2003, o cultivo cresceu para 52.000 hectares; em 2012, havia mais de 100.000 hectares plantados com seringueiras, principalmente nos departamentos de Retalhuleu e Suchitepéquez, na Costa Sul da Guatemala, dos quais 55.000 eram de árvores em fase de produção e os 45.000 restantes, de árvores em crescimento.

Segundo o mapa “Áreas aptas para el desarrollo del cultivo de Hule” (Áreas aptas para o desenvolvimento do cultivo de seringueira), elaborado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária da Guatemala, considera-se que o país tenha mais de 400.000 hectares aptos para as plantações. Essas zonas se localizam na Franja Transversal do Norte e na Costa Sul do país, bem como em zonas do departamento de Izabal e Alta Verapaz. No entanto, o crescimento das plantações com base nessas projeções deve ser tema de análise e reflexão, principalmente pela possibilidade de concorrência e concentração de terras que pode gerar o crescimento desse monocultivo florestal, em um país com muitos conflitos por acesso e posse de terras.

Um conceito equivocado que é usado pelos impulsionadores da seringueira é considerá-la como uma “floresta” artificial, quando uma plantação de árvores não pode ser comparada com a riqueza biológica nem com a complexa dinâmica das florestas. Na maioria dos casos, as plantações se estabelecem respondendo a uma lógica de mercado, de modo que sua vida também está regulada pelos preços e pelas demandas internacionais.

A Guatemala é um dos principais exportadores e produtores de borracha natural do continente americano. O impacto ambiental e social que poderia ser gerado pelo crescimento de plantações de seringueira é outro fator a considerar se as áreas que serão plantadas tiverem cobertura florestal. Esta corre o risco de ser destruída, já que, na fase de preparação do terreno para semear, “devem ser eliminadas árvores e arbustos, pois o crescimento da seringueira requer exposição à plena luz solar...”, como diz a Associação Nacional do Café em seu documento Cultivo de Hule (2004).

O cultivo de seringueira também trata de aproveitar o mercado de carbono, onde as plantações poderiam vender “créditos” em função do carbono que absorvem e armazenam, gerando uma oportunidade a mais de negócio para os proprietários. Mas esse mecanismo de caráter comercial é questionado pelos grupos ecologistas porque não oferece uma solução verdadeira à crise climática, que propicie as mudanças necessárias na produção poluente das empresas.

Em 2010, foi anunciada a primeira venda em escala internacional de créditos de carbono em plantações de seringueira natural, pela empresa guatemalteca Grupo Agroindustrial de Occidente (GAO), projeto que consiste em estabelecer 2.500 novos hectares dessas plantações. Segundo o jornal El Periódico (10 de junho de 2010), esse acordo de compra de “redução de emissões verificadas” foi assinado entre a empresa suíça FirstClimate e a Pica de Hule Natural, S. A., uma empresa da GAO. O acordo foi assinado no âmbito da Feira e Conferência Mundial Carbón Expo, realizada este ano na cidade de Colônia, na Alemanha. A negociação dará ao grupo guatemalteco acesso a fontes de financiamento provenientes de incentivos internacionais que impulsionam o reflorestamento e “contribuirá para a redução da mudança climática”, segundo a nota do El Periódico.

Nessa dinâmica, são preocupantes os impactos sociais e ambientais que podem ser gerados por um crescimento de milhares de hectares do monocultivo, e o fato de o país continuar apostando em um modelo baseado na utilização das terras para a produção com fins de exportação, em contraposição a outras formas ambientalmente mais justas, baseadas no benefício à economia camponesa, na diversificação dos cultivos e na agroecologia.

Carlos Salvatierra, SAVIA, ponto focal da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA) na Guatemala, email: salvatierrareal@gmail.com

Publicado em 12 de setembro, 2013. Incluído no *Boletim 193* Link - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/guatemala-o-avanco-silencioso-dos-monocultivos-de-seringueira/>

3. Árvores Transgênicas

Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

Para: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

Nós, abaixo assinados, fomos informados de que a FuturaGene, firma de biotecnologia de propriedade exclusiva da empresa de papel e celulose Suzano, apresentou uma solicitação para o plantio comercial de eucalipto geneticamente modificado (GM).

A Suzano/FuturaGene e outras empresas, como Fibria (ex-Aracruz) e ArborGen, vêm realizando experimentos de pesquisa e de campo com árvores GM há anos. O interesse da Suzano/FuturaGene tem sido o de aumentar a produtividade de suas plantações de árvores. A empresa argumenta que a nova árvore GM irá resultar em um aumento de 20% na produtividade e, assim, elevar “a competitividade e os ganhos ambientais e socioeconômicos por meio de maior produtividade, usando menos terra e, portanto, menos insumos químicos em geral, com menor liberação de carbono, bem como tornando a terra disponível para a produção ou a conservação de alimentos, e aumentando a renda dos produtores integrados”.(1) Essas afirmações contradizem os fatos que serão tratados a partir das informações a seguir.

Árvores transgênicas agravam os problemas provocados por plantações industriais de árvores, em vez de reduzi-los

O uso de árvores GM de crescimento mais rápido em plantações industriais vai exacerbar os já conhecidos impactos sociais e ambientais negativos causados pelas plantações industriais de árvores, além de introduzir outros, devido aos riscos adicionais inerentes à engenharia genética.

As empresas de plantação industrial de árvores há muito prometem que os ganhos de produtividade levariam a menos uso da terra. No Brasil, por exemplo, onde a produtividade das plantações de monoculturas de árvores por hectare aumentou de 27 m³/ha/ano nos anos 80 para 44 m³/ha/ano atualmente, a área coberta por plantações cresceu, passando de cerca de 4 milhões de hectares no final daquela década para mais de 7,2 milhões de hectares hoje em dia. Historicamente, portanto, não há evidências de que o aumento da produtividade tenha levado à ocupação de menos terra por plantações industriais de árvores no Brasil. A recém-formada Indústria Brasileira de Árvores (IBA), que representa a indústria brasileira de plantação industrial de árvores, afirma que pretende duplicar a área desse tipo de plantação para 14 milhões de hectares até 2020.

Suzano busca abrir novos mercados para plantações de árvores

A Suzano abriu recentemente uma nova fábrica de celulose no Maranhão, com capacidade para 1,5 milhão de toneladas/ano. Serão necessárias enormes áreas de terras cobertas com monoculturas de árvores para atender à atual demanda da Suzano por celulose, bem como a demanda adicional, especialmente seus planos de explorar novos usos da madeira com um projeto no mesmo estado, para produzir e exportar *pellets* para produção de energia, a serem queimados em conjunto com carvão no Reino Unido. O uso de biomassa para produzir energia em escala

industrial continua muito polêmico, e seus impactos sociais, ambientais e climáticos negativos já foram bem documentados.

O povo e meio ambiente brasileiros serão prejudicados

Tanto o projeto de celulose quanto o de *pellets* visa exclusivamente lucrar com novas oportunidades de mercado – que é a missão de Suzano. Enquanto os lucros dessa expansão revertem para os acionistas da empresa, os custos sociais, ecológicos e econômicos, bem como o aumento do risco para a soberania alimentar regional e a saúde serão suportados pelo povo brasileiro, e principalmente pelas comunidades locais cercadas por plantações. Já existem numerosos e graves conflitos pelo acesso à terra, e as condições de vida das comunidades cercadas pelas operações da Suzano se deterioraram a ponto de muitas delas estarem lutando para garantir sua soberania alimentar e correrem cada vez mais riscos de perder seus territórios (2).

Cultivos transgênicos levam a um aumento da aplicação de agrotóxicos

Além disso, não há razão plausível para esperar que o uso de “insumos químicos”, incluindo agrotóxicos, diminua como resultado do plantio de árvores GM. Pelo contrário, ele aumentará com a crescente ocupação do solo que está planejada e a intensificação dos ciclos de cultivo e o consequente esgotamento da terra e dos nutrientes. O Brasil, infelizmente, já é o principal consumidor mundial de agrotóxicos, causando prejuízos a centenas, senão milhares, de vítimas por ano, aumentando a pressão sobre os já insuficientes serviços de saúde pública. As monoculturas industriais de árvores, carentes de biodiversidade e promovidas em escala muito grande, vão aumentar em muito a aplicação de agrotóxicos. Já foi provado que é falso o argumento usado pelo lobby da tecnologia GM, de que a introdução dessas culturas – como soja e milho – resulta em menor uso de pesticidas e fertilizantes. Em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos – pioneiros na produção de soja e milho GM – a pesquisa mostrou não uma diminuição, mas sim um aumento alarmante no uso de agrotóxicos.(3)

Esgotando o solo e as reservas de água

Modificar geneticamente as árvores para fazê-las crescer mais rápido, enquanto se planta em uma porção de terra em contínua expansão em plantações industriais de árvores cada vez maiores, só vai levar a um maior esgotamento dos nutrientes do solo e da água doce. Isto se aplica principalmente ao eucalipto, já famoso por seu voraz consumo de água, que mostrou causar secagem total de solos, nascentes e cursos d’água ao seu redor. As comunidades que vivem em torno de plantações de árvores não geneticamente modificadas, dentro e fora do Brasil, já fizeram muitos relatos de escassez de água e esgotamento do solo. A introdução de árvores GM de crescimento mais rápido só irá agravar ainda mais esta situação.

Impactos negativos inesperados de cultivos transgênicos podem ser ainda piores com árvores transgênicas

Existem graves incertezas com relação aos potenciais impactos ambientais e socioeconômicos das árvores geneticamente modificadas. Já foram relatados impactos inesperados das culturas alimentares GM, incluindo a proliferação de ervas daninhas resistentes a herbicidas, o surgimento de pestes secundárias que dizimam os cultivos, mudanças na fertilidade, como taxas mais elevadas de cruzamento, além de maior alergenicidade. Considerando-se o ciclo de vida longo e muitas vezes complexo das árvores e sua interação com a biodiversidade, é praticamente impossível prever as consequências e os impactos das árvores geneticamente modificadas. Embora não seja nativo do Brasil, o eucalipto é plantado com frequência, e a contaminação de eucaliptos não transgênicos pelo eucalipto GM é outro risco grave, embora a FuturaGene, paradoxalmente, aponte-o como algo positivo.(4) Alterará o caráter invasivo, atrairá novas pestes, enfraquecerá ou deterá os predadores? Essas perguntas nunca foram feitas e não há dados para respondê-las. O catálogo de riscos é alto.

Com base no histórico das plantações industriais de árvores e na introdução de culturas GM em geral, negamos a alegação da indústria de que a sociedade como um todo se beneficiaria da liberação comercial e do plantio de árvores GM. As evidências existentes apontam diretamente na direção oposta. O único benefício que vemos nesta nova tecnologia de alto risco com impacto futuro desconhecido (e um possível custo incalculável) é o de maiores lucros para os acionistas da Suzano.

Demandamos não autorizar o plantio comercial de árvores transgênicas

Pelas razões acima mencionadas, cientistas, advogados e organizações do mundo todo estão pedindo uma moratória global sobre a liberação comercial de árvores geneticamente modificadas, devido aos seus impactos sociais e ecológicos desconhecidos, mas potencialmente graves, e seus riscos econômicos incalculáveis, que recairiam esmagadoramente sobre o público.

Portanto, as organizações e pessoas abaixo-assinadas **desejam expressar sua profunda preocupação e exortar a CTNBio a não autorizar o plantio comercial do eucalipto GM pela Suzano/FuturaGene** ou por qualquer outra empresa que também tenha feito, ou venha a fazer no futuro, uma solicitação para essa liberação.

Assinaturas a seguir

Notas:

- 1- Ver a página da FuturaGene na internet, em <http://www.futuragene.com>
- 2- <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/plantacoes-de-eucalipto-para-energia-o-caso-da-suzano-no-baixo-parnaiba-maranhao-brasil/>
- 3- Ver http://www.gmwatch.org/files/GMsoy_Sust_Respons_SUMMARY_SPA_v1.pdf
- 4 – Ver <http://www.theguardian.com/environment/2012/nov/15/gm-trees-bred-world-energy>

Link – <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/carta-aberta-a-comissao-tecnica-nacional-de-biosseguranca-ctnbio-do-brasil/>

4. A crescente participação do capital financeiro na expansão das plantações

As plantações monocultoras de árvores no mercado financeiro

Hoje em dia, os mercados financeiros especulativos vêm ganhando cada vez mais poder sobre a economia e a vida, em resposta à crise capitalista que começou na década de 1970.

Segundo uma pesquisa do grupo de informação financeira PEI Media Ltd.(*), entre os instrumentos de investimento relacionados à natureza, a aplicação em áreas de floresta compreende vários tipos de ativos diferentes: plantações de árvores estabelecidas principalmente para a produção de madeira, florestas manejadas para extração de madeira, produtos não madeireiros, fixação de carbono e conservação da biodiversidade. Normalmente, os ativos consistem na terra e no estoque de árvores em pé, mas também se podem fazer investimentos apenas em um ou outro.

Como categoria de investimento institucional – isto é, com organizações investidoras que mobilizam grandes somas de dinheiro – o investimento em áreas de floresta começou há menos de 30 anos, com os primeiros gestores de investimento adquirindo terras não estratégicas da indústria de produtos florestais em nome de clientes institucionais cautelosos. Como ativo de longa duração, com baixa volatilidade e aspectos de proteção contra a inflação, as áreas de floresta atraem quem tem “capital paciente”: investidores institucionais, tais como fundos de

pensão públicos e privados, fundos patrimoniais, fundações e seguradoras, que se tornaram os principais atores no mercado global de investimentos em áreas de floresta.

O PEI identifica que, nos Estados Unidos, os ativos em áreas de floresta podem atualmente compreender 1 a 2% das carteiras de alguns dos principais fundos de pensão. Também estão se tornando mais comuns os fundos de fundos, que incluem componentes de áreas de floresta, juntamente com outros tipos de ativos reais. No momento, o capital de investidores aplicado em florestas é de cerca de 70 a 80 bilhões de dólares.

Observando o processo de investimento em áreas de floresta, o PEI descreve que um tipo de veículo de private equity chamado organizações de gestão de investimentos em madeira (timber investment management organisations, TIMOs) se tornou grande proprietário de áreas de floresta nos Estados Unidos. Na década de 1990, o número de TIMOs e os seus ativos sob gestão no país aumentou de cerca de 1 bilhão de dólares para algo entre 10 e 12 bilhões. Mais para o final da década, as TIMOs começaram a se expandir também em alguns mercados emergentes caracterizados por capital escasso. Altas taxas de crescimento, baixos custos de produção de madeira, proximidade de mercados e procura, bem como preços de terras crescentes, contribuíram para um aumento de retornos neste período. No final do século XX, a América Latina (principalmente Brasil e Chile) e a Oceania (Austrália e Nova Zelândia) surgiram como atrativas regiões de investimento em áreas de floresta.

Pesquisas do PEI descrevem que, em 1996, preços altos da madeira em pé, que tinham sido bons para os investidores em florestas, agora faziam com que as fábricas no Norte global fechassem, com a capacidade e a demanda se mudando para o Sul. O desenvolvimento e a tecnologia de plantações tinham avançado, aumentando a produtividade por hectare até parecer que havia um fluxo grande de madeira vindo de todas as direções, incluindo Austrália, Nova Zelândia e América do Sul. Essa convergência fez caírem os preços da madeira em pé em todas as regiões em cerca de 33% entre 1998 e 2001. De 1996 a 2000, 5 bilhões de dólares em valor líquido, representando cerca de 7,9 milhões de acres, passaram à propriedade de investidores institucionais, principalmente através de TIMOs nos Estados Unidos. No período de 2001 a 2004 – quando estourou a bolha de tecnologia, o mercado de ações decaiu e uma quantidade ainda maior de capital institucional começou a procurar uma casa – testemunhou uma transferência sem precedentes de ativos para investidores institucionais. Mais uma vez, era um mercado de vendedores. De 2005 a 2009, a indústria de produtos florestais saiu da propriedade de áreas de floresta e as TIMOs foram, de longe, as principais compradoras nos Estados Unidos. Atualmente, a Weyerhaeuser é a única empresa integrada de capital aberto trabalhando com produtos florestais que ficou com propriedades significativas de áreas de floresta.

De acordo com o PEI, o atual mercado de áreas de floresta tende a ter dois tipos de investidores: os que já têm exposição em mercados tradicionais e buscam cada vez mais oportunidades em regiões emergentes que oferecem características mais agressivas de risco e retorno, e investidores mais novos, mais interessados em oportunidades consistentes em áreas de floresta em mercados comprovados. De modo geral, os investidores institucionais continuam a ser os grandes atores nos mercados globais de investimento em áreas de floresta: três quartos do investimento florestal privado gerido por TIMOs são de propriedade desse tipo de investidor. Embora grande parte do capital que flui para essa categoria de ativos se origine de investidores experientes com base na América do Norte, os investidores europeus estão atuando cada vez mais. O capital de investidores da América Latina e na Oceania está sendo aplicado principalmente em suas próprias regiões.

O grupo de informações financeiras PEI descreve como, à medida que entra mais capital no espaço do investimento em áreas de floresta, os investidores têm mais opções para estruturar sua participação, não só fazendo e gerindo esses investimentos estritamente em um contexto de private equity, mas também usando veículos de investimento negociados publicamente,

particularmente atraentes a investidores que preferem elevados níveis de liquidez. Estes veículos normalmente são estruturados como fundos de investimento imobiliário (real estate investment trusts, REITs, sigla em inglês), fundos de investimento unitários ou “fundos de índice” (exchange-traded funds, ETFs). Atualmente, incluem a Plum Creek Timber Company (PCL), a Rayonier Inc. (RYN) e a Potlatch Corporation (PCH), três destacados REITs de madeira com sede nos Estados Unidos. Também incluem o Phaunos Timber Fund (que é administrado pelo gestor de fundos de derivativos Four Winds Capital Management) (ver artigo sobre o Uruguai) e Combium Global Timberland Ltd (gerido pela Cogent Partners), ambos ETFs.

O que o WRM, bem como muitos outros grupos e movimentos sociais e ambientais, tem dito é que a mudança climática infelizmente se tornou uma nova fonte de oportunidades de lucro para investidores financeiros. Dados coletados pelo PEI confirmam isso em relação a investidores em áreas de floresta. A pesquisa diz que, na década de 1990, parcerias estabelecidas entre empresas e ONGs de preservação para promover as plantações de árvores chegaram aos mercados de créditos de carbono, que foram os incentivadores dos novos investimentos em áreas de floresta criadas por meio do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). As emissões negociadas no mercado de carbono representam novas oportunidades de negócios para investidores em florestas que também veem com bons olhos a promoção de energia a partir de biomassa de madeira, por seu potencial de aumentar a demanda por madeira.

Com base em dados e pesquisas do grupo de informações financeiras PEI, pode-se confirmar que as plantações de árvores – às quais muitas comunidades resistem em função de seus impactos conhecidos sobre os ecossistemas, a biodiversidade, as fontes de água e os meios de subsistência – são um negócio rentável para quantidades cada vez maiores de investimento de capital. A diferença desse tipo de novos proprietários é que eles se tornam intangíveis para as comunidades locais afetadas que estão defendendo seus meios de sobrevivência em seus locais de moradia.

A dificuldade para se identificarem os proprietários de plantações de árvores a fim de enfrentá-los é um desafio que temos que superar trabalhando juntos.

(*) “Investing in Timberland”, agosto de 2010, PEI Media Ltd.

Publicado em 30 de setembro, 2012. Incluído no Boletim 182 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/as-plantacoes-monocultoras-de-arvores-no-mercado-financeiro/>

Uruguai: fundos de investimento denunciados por plantação ilegal de árvores em área protegida

A região da Quebrada de los Cuervos, localizada nas serras do departamento de Trinta e Três, foi a primeira área a entrar no Sistema Nacional de Áreas Protegidas no Uruguai (2008), por sua riqueza paisagística, representatividade de ecossistemas nativos e diversidade de espécies. Composta por pastagens, mata de encosta, matas ciliares e arroios, funciona como um corredor biológico para diferentes espécies de flora e fauna.

Sua classificação como “Paisagem Protegida” permite que os moradores que vivem em campos localizados dentro da área e nos arredores possam permanecer, realizando suas atividades produtivas tradicionais. No Plano de Manejo elaborado para a área protegida, expressou-se a necessidade de uma zona-tampão entre a área protegida e o restante da área rural, definindo-se uma delimitação o que foi aceito pelos moradores. No entanto, até agora (anos mais tarde), as autoridades não conseguiram confirmá-la oficialmente.

Entre as atividades proibidas dentro da área protegida, por se entender que ameaçam a área, mencionam-se a plantação de monoculturas de árvores e a mineração que, logicamente, também

deveriam ser proibidas na zona-tampão. Nos últimos anos, empresas florestais, como a norte-americana Weyerhaeuser (Colonvade), a britânica Pradera Roja (Phaunos Timber Fund, um fundo de investimento) e a norte-americana Forestal El Arriero (Global Forests Partners, um fundo de pensão), estabeleceram, dentro da zona-tampão, monoculturas de pínus e eucalipto – espécies exóticas invasoras nessa região do país – com o risco que isso acarretaria para a Quebrada de los Cuervos.

Fundos de investimento em plantações de árvores.

Nos últimos anos, ganhou importância a presença, em nosso meio rural, de fundos de investimento ou fundos de pensões dos países do norte, os quais compram terras no Uruguai e em outros países do Sul para plantar monoculturas de eucalipto, que acabam por ser muito rentáveis para os investidores, mas geram graves impactos sociais e ambientais em nível local. Por exemplo, o Phaunos Timber Fund acaba de vender 690 hectares plantados com eucaliptos, na localidade de Cerro Chato, a um investidor privado, por 2,9 milhões de dólares, sendo que a empresa pagara 1,3 milhão de dólares em 2009.

Em 2009, a empresa foi denunciada por moradores da Quebrada por levar adiante um projeto florestal sem informar o Ministério do Meio Ambiente sobre sua localização junto à área protegida e sem cumprir os critérios básicos para evitar a erosão do solo, além de aplicar grandes quantidades de agrotóxicos que provocaram a morte da fauna nativa. Como resultado da denúncia, a empresa foi suspensa temporariamente e, alguns meses mais tarde, recebeu multas irrisórias, as quais nunca se soube se realmente pagou.

O Caso da Forestal El Arriero S.A.

Da mesma forma agiu a empresa Forestal El Arriero S.A., que pertence à norte-americana Global Forests Partners, empresa de gestão de investimentos florestais com fundos de pensão. Até o momento, ela possui 26.000 hectares de terra no Uruguai, dos quais 16.000 foram plantados com árvores e são administrados pela chilena Cambium Forestal Uruguay S.A.

Em 2009, a Florestal el Arriero estabeleceu uma plantação de pínus no projeto “Obdulio” – localizado dentro da zona-tampão do desfiladeiro da Quebrada de los Cuervos – sem autorização prévia do Ministério do Meio Ambiente. A devida permissão só foi solicitada quando as árvores tinham mais de um metro de altura e já se havia concluído a fase de aplicação de agrotóxicos.

Mais uma vez, graças às denúncias e testemunhos apresentados pelos moradores em abril de 2011, pode-se demonstrar que o plantio foi feito de forma ilegal. A empresa violou a normativa uruguaia e os técnicos que realizaram o estudo de impacto ambiental e com árvores já plantadas são responsáveis por falsificar a informação que forneceram ao Ministério. Embora tenha suspenso todas as atividades da empresa florestal, tornando-a “passível” de multa, a resolução do Ministério permite que ela continue com o processo de obtenção da licença ambiental.

Vozes locais. Benedicte, uma das fundadoras da Sociedade de Fomento Rural Quebrada de los Cuervos, afirma que “nós, habitantes locais, nos sentimos prejudicados por esta plantação de pínus, uma espécie considerada invasora, pelo envenenamento da água do riacho Yerbal Chico e a morte da fauna nativa, pela fumigação com herbicidas e, especialmente, pela destruição total da pastagem nativa. A Sociedade de Fomento reivindica para a população local o direito à terra e o direito de manter e desenvolver suas práticas tradicionais de pecuária em pastagem natural. Rejeitamos as grandes monoculturas, o uso de agrotóxicos e a mineração, pois afetam a nossa cultura e o nosso modo de vida”.

Carlos, que mora na área há 23 anos, diz que o assunto preocupa muito. Por um lado, “se define uma área central que é, ela própria, área protegida, e uma área adjacente ou tampão para proteger a Quebrada, e é aí que se está plantando pínus e há projetos de extração de calcário. Alguma coisa não está funcionando bem! Por essa razão, estamos aqui [na audiência] para expressar nosso

descontentamento e saber como, se em abril de 2011, denunciarmos que a empresa tinha plantado e fumigado ilegalmente os campos plantados, sem permissão do Ministério do Meio Ambiente (DINAMA) e sem avaliação de impacto ambiental, agora estão aqui na nossa frente apresentando o projeto como se fosse algo novo”.

Ana Maria, moradora da região e membro da AMRU (Associação de Mulheres Rurais do Uruguai), conta que “o primeiro impacto que nos preocupa é o impacto sobre a água, principalmente a contaminação pela aplicação de agrotóxicos, que também afeta a flora e a fauna do lugar. Após as aplicações, sempre se encontram animais mortos. Há vida ali, que morre ou migra, há espécies que vão desaparecendo; no futuro, teremos um grande deserto verde aqui e no resto do Uruguai, onde se concentram as plantações de árvores. Somos um país muito pequeno, não podemos ter tanto território ocupado por uma monocultura. Temos que colocar um freio, dizer basta!”

Responsabilidade das autoridades.

O papel do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) deixou de ser claro, e o atraso na aprovação da versão final do Plano de Manejo promove indiretamente a instalação de projetos de silvicultura e mineração na área.

É urgente implementar as medidas propostas no Plano de Manejo, como oficializar os limites propostos para a zona tampão, eliminar a “prioridade florestal” dos solos dentro da zona tampão, aplicar medidas preventivas enquanto não se implementa a lei de Ordenamento Territorial da região e restringir projetos produtivos como plantação de árvores, mineração e construções industriais a montante da área protegida.

O “freio” está nas mãos do SNAP, do Ministério do Meio Ambiente, do Departamento Florestal e da Municipalidade de Trinta e Três. Será que essas autoridades conseguirão dizer “basta” e trabalhar pelo que realmente, no curto e no longo prazos, beneficiará a população local e o país?

Trechos do artigo “Fondos de inversión denunciados por forestación ilegal en la Quebrada de los Cuervos”, enviado pelo Grupo Guayubira, <http://www.guayubira.org.uy/> - acessar a versão completa em <http://www.guayubira.org.uy/2012/09/fundos-de-investimento-denunciados-por-plantacao-ilegal-de-arvores-na-regiao-da-quebrada-de-los-cuervos/>

Publicado em 30 de setembro, 2012. Incluído no Boletim 182 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/uruguai-fundos-de-investimento-denunciados-por-plantacao-ilegal-de-arvores-em-area-protegida/>

Argentina: Harvard defende suas monoculturas florestais com todas as forças

A Universidade de Harvard, por meio da Harvard Management Company (HMC), é dona do maior fundo de investimentos do mundo, que opera 32 bilhões de dólares por ano. Desse total, cerca de 15% são dedicados a investimentos florestais no mundo.

Na Argentina, Harvard possui 87 mil hectares de terras na província de Corrientes, com plantações de pinus e eucaliptos que são gerenciadas por duas firmas: Empresas Verdes Argentinas S. A. (EVASA) e Las Misiones S. A.. O sistema de produção mediante plantações de árvores em grande escala na Argentina é ideal para obter lucros rápidos, pois emprega trabalhadores em menor número e em condições precárias, porque recebe apoio dos governos nacionais e provinciais, que dão isenções de impostos e estabilidade fiscal, e porque as condições climáticas permitem um rápido crescimento das espécies usadas: pinus e eucalipto.

Estes investimentos da HMC têm sido criticados por grupos ambientalistas e moradores, que denunciam o impacto ambiental e a concentração de terras por parte das empresas. No entanto,

este questionamento só se tornou público recentemente, quando um grupo de estudantes e professores de Harvard realizou uma pesquisa sobre o assunto e publicou um relatório crítico sobre as atividades de sua própria universidade em Corrientes (1).

Em abril, junto com o meu companheiro camponês do Iberá, Adrián Obregón (2), tive a oportunidade de viajar à Universidade de Harvard, convidado por um grupo de estudantes e professores preocupados com a falta de ética dos investimentos de sua própria universidade.

Lá, em uma reunião com Lars Peter Knoth Madsen, secretário particular da reitora de Harvard, Kathryn Murtagh, diretora-geral da HMC, e Jameela Pedicini, sua vice-presidente de investimentos sustentáveis, tivemos a oportunidade de ouvir pessoalmente os argumentos de Harvard em defesa de seus investimentos.

Enquanto ainda estávamos voando de volta a Corrientes, na Argentina, Andrew Wiltshire (diretor-gerente de ativos alternativos da HMC), publicou no jornal universitário de Harvard (The Crimson) uma dura resposta às nossas afirmações, fazendo uma defesa firme das monoculturas de árvores.

A linha de argumentação da HMC se baseia, o tempo todo, nos grandes mitos sobre a atividade florestal. Apoia as plantações em florestas, afirma que elas ajudam a combater a mudança climática e argumenta que a certificação florestal do FSC garante a sustentabilidade ambiental, a igualdade social e a responsabilidade empresarial para com a comunidade.

Se os amplos debates mundiais realizados contra esses mitos em várias organizações ambientalistas, camponesas, indígenas e trabalhistas fossem pouco para os gestores do HMC, bastaria ver o que acontece no caso concreto do nosso território, que é que motivou esta discussão.

Dos 87 mil hectares de propriedade da HMC em Corrientes, cerca de 50% estão dentro da Reserva Provincial Iberá, um ecossistema de estuários, banhados e lagoas. Foram plantados milhões de árvores em zonas úmidas, savanas e campos de alto valor de conservação, como revelado por WWF e BirdLife, substituindo-os por uma monocultura de pínus, onde não cresce outra coisa.

A HMC afirma que criou reservas e zonas-tampão do impacto florestal, mas, na maior parte, isso foi feito em locais marginais para a produção, onde seria muito caro para a empresa plantar pínus. Em muitos locais onde seus próprios técnicos recomendaram que retirasse os pínus e parasse de plantar, eles ignoraram completamente as recomendações, por exemplo, em áreas onde cresce a rara palmeira anã (*Butia paraguayensis*), espécie nativa classificada como de extrema vulnerabilidade pela IUCN.

Em Corrientes, muitos estudos comparam a biodiversidade existente em locais de pecuária extensiva com a que há em monoculturas florestais. O caso paradigmático é a coexistência do veado-campeiro com o gado na região dos banhados de Aguapey (costa leste do Iberá) e o desaparecimento do mesmo à medida que avançam os florestamentos com pínus. Além disso, a iniciativa “Aliança das pastagens” destaca a grande conveniência da pecuária em pastagens naturais para a manutenção da biodiversidade.

Adrián Obregón, o importante líder camponês que discutiu cara a cara com a HMC, é da localidade de Montaña, nos pântanos do Iberá, área rural na fronteira com a fazenda Santa Julia, de propriedade de Las Misiones S. A.. “Muitos moradores de Montaña têm em cima de si as plantações florestais de Santa Julia”, diz Adrián”. Também na Lagoa de Ipacarapá, que faz parte do nosso território ancestral e em cuja margem estava a casa do meu avô, hoje está tudo florestado, e se encontra pínus até na água. Existe apenas um pequeno monte nativo ao qual não temos acesso sem ‘invadir’ propriedade privada. A empresa Las Misiones S.A. é proprietária de um terço da lagoa”, diz ele.

Ipacarapá é uma parte central da cultura guarani da região, por ser lugar de recreação, pesca e símbolo de muitas lendas e muitos mitos ancestrais. Hoje a fisionomia da lagoa foi destruída e os habitantes originais não têm por onde chegar a ela, mas para a HMC e sua certificadora Rainforest Alliance, isso não faz parte do direito dos povos indígenas. Nos relatórios de certificação do FSC para a EVASA e a Las Misiones, apenas se marca com um X a alternativa “não se aplica” no que se refere aos povos originários, ignorando sua existência.

Outro exemplo da falta de correspondência entre o discurso da responsabilidade e a gestão concreta é o que acontece com as estradas rurais. Os caminhões das empresas florestais de Harvard são os principais responsáveis pela degradação das estradas. No povoado de Chavarría, o princípio da solução veio depois que os moradores, cansados da falta de resposta às suas queixas, cortaram a rota 22 e bloquearam a passagem de caminhões da EVASA.

Em relação aos mecanismos de diálogo previstos pelo sistema de certificação FSC, podemos dizer que eles estão ausentes em Corrientes. A Las Misiones S. A. obteve recentemente a certificação florestal, mas em 18 de maio, em sua página na internet (www.lasmisionessa.com.ar), não havia informações nem notícias sobre qualquer convocatória para reunião. Por outro lado, a página do FSC na Argentina simplesmente não existe. Em povoados vizinhos, também não foi convocada nenhuma reunião pelos meios de comunicação.

As reivindicações a Harvard acordadas por camponeses, trabalhadores e ambientalistas na área são simples e claras:

- 1) Que se permita e se garanta a livre organização dos trabalhadores e que haja um mecanismo transparente e sincero para apresentar suas reivindicações de melhorias trabalhistas às empresas.
- 2) Que se interrompa a expansão das plantações até que seja feito um estudo de impacto ambiental verdadeiro, público, participativo e cumulativo de todas as plantações.
- 3) Que se estabeleça uma zona-tampão entre as plantações e os pequenos produtores e camponeses.

Autor: Emilio Spataro, Coordenador de “Guardianes del Iberá”, e-mail: coordinador@salvemosalibera.org

Notas

(1) <http://www.oaklandinstitute.org/informe-harvard-argentina>

(2) Delegado provincial da FONAF (Federação de Organizações Nacionais da Agricultura Familiar) e Vice-presidente da APPPC (Associação Provincial de Pequenos Produtores Correntinos)

Publicado em 10 jun, 2014. Incluído no Boletim 202 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/argentina-harvard-defende-suas-monoculturas-florestais-com-todas-as-forcas/>

Colômbia: plantações florestais colocadas nas bolsas de valores ameaçam a soberania territorial e alimentar

Há mais de 20 anos que na Colômbia avançam as monoculturas florestais em benefício de empresas transnacionais, que contaram e continuam contando com políticas oficiais que as favorecem. Para analisar esta expansão que açambarca territórios, viola direitos e desloca comunidades, a organização CENSAT Amigos da Terra Colômbia realizou em Bogotá, o fórum “Plantações florestais na Colômbia. Um olhar crítico”, no contexto das ações pelo Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores, 21 de setembro.

Entre as conclusões do fórum (1) são mencionadas algumas das “ajudas” que as monoculturas florestais receberam, especialmente a lei 1377, que regulamenta a atividade de reflorestamento comercial e incorpora o conceito de “voos florestais”. Esta figura, específica para o setor de plantações comerciais, separa os direitos sobre a terra dos direitos sobre a cobertura florestal- isto

é, as árvores. A figura do “voo florestal” dá a possibilidade às empresas de não ter que plantar em territórios próprios para obter financiamento, negociar a madeira nas bolsas de valores ou contabilizar essas árvores em seus ativos e patrimônios, e assim as habilita a absorver a produção das terras de pequenos e médios proprietários.

Outro impulso à expansão das plantações florestais surgiu com o decreto 125 de janeiro de 2011, emitido pelo governo com motivo do que foi chamado “Estado de Emergência Econômica, Social e Ecológica por motivo de grave calamidade pública”, em referência às chuvas e enchentes que, conforme dados oficiais, afetaram 2.220.482 pessoas. O objetivo deste programa era “executar projetos de reflorestamento comercial nas áreas afetadas pelo Fenômeno de la Niña 2010-2011 para reabilitar o uso dos solos com potencial para o reflorestamento incluindo as bacias dos rios e as áreas conectadas com elas”

Desta forma, as inundações, que entre outras coisas afetaram 925.000 hectares voltados para a agricultura, a produção leiteira e a pecuária, tornaram-se a justificativa ideal para mascarar o financiamento das monoculturas, como expressou Diego Rodríguez Panqueva em sua apresentação “Projeção das plantações florestais na Colômbia” que faz parte das memórias do fórum. Nesse trabalho, Diego Rodríguez esclarece que “o modelo de desenvolvimento com altos níveis de desmatamento é a principal razão dos impactos da crise climática que atravessa o país e nesse sentido as plantações florestais têm relação direta com o estado de emergência, não por restabelecer as coberturas de floresta natural destruídas e a estabilidade de solos em ladeiras e bacias hidrográficas, mas por ser uma das causas do desmatamento, perda de biodiversidade, perda de fertilidade e propriedades do solo”.

As plantações florestais, que não só agravaram a erosão das ladeiras como também realizam um uso intensivo de agrotóxicos, afetaram em alguns casos de modo irreversível a dinâmica dos ecossistemas e as comunidades rurais. Ainda assim, as metas de reflorestamento propostas pelo governo são de 280.000 hectares até 2014, o que implicaria que até essa data haveria mais de 1 milhão de hectares de monoculturas de árvores na Colômbia.

Os movimentos sociais responderam aos megaprojetos e ao agronegócio realizando no dia 29 de setembro, na cidade de Cali, o Congresso “Terras, Territórios e Soberania” (CTTS) (2), que reuniu 15.000 representantes das organizações camponesas e de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, dos povos indígenas e afrodescendentes.

Como resultado do encontro foi elaborada uma série de mandados, um dos quais é “aprofundar a liberação da Mãe Terra e a realização participativa da reforma agrária. Não permitiremos que no lugar dos grandes latifúndios do narcotráfico e do paramilitarismo, que devem ser desmantelados, se instale o grande latifúndio dos conglomerados agroindustriais. Pelo contrário, essas terras-roubadas durante centenas de anos, dos índios, camponeses e afrodescendentes- devem ser restituídas a nossas comunidades. Ocuparemos pacificamente o que por história e por direito nos pertence”, expressaram.

Esse mandato é complementado por outro que diz “construir uma economia própria e articulada dos povos, não subordinada ao mercado global, que garanta a soberania e autonomia alimentares e os saberes associados às sementes, às plantas e aos alimentos. Vamos fortalecer as práticas de produção, transformação, intercâmbio e consumo culturalmente apropriadas, socialmente justas e em harmonia com a vida; não usaremos nem permitiremos agrotóxicos e transgênicos; impediremos a presença dos agrocombustíveis, as plantações florestais e outras monoculturas que ameaçam nossa soberania territorial e alimentar”.

E os povos se pronunciam: “Cansados de obedecer. Cansados de ser consultados enquanto outros decidem. Queremos governar. Vamos governar em nossos territórios!”

Artigo baseado em informações obtidas de: (1) Memórias do Fórum “Plantações florestais na Colômbia. Um olhar crítico”, 21 de setembro de 2011, Bogotá, Colômbia, <http://www.nasaacin.org/attachments/article/2807/monocultivos.pdf>; (2) Declaração Final do Congresso Nacional de Terras, Territórios e Soberanias, 4 de outubro de 2011, <http://tinyurl.com/3b7664q>

Publicado em 30 out, 2011. Incluído no Boletim 171 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/colombia-plantacoes-florestais-ameacam-a-soberania-territorial-e-alimentar/>

5. Lutar pela terra e pela soberania alimentar

Chile - Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe

Durante os dias 02 e 03 de maio de 2014 foi realizado em Santiago, Chile, a IV Conferência Especial para a Soberania Alimentar dos Movimentos Sociais da América Latina e Caribe. A atividade foi organizada pela Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe, uma importante articulação de movimentos sociais indígenas, camponeses, de trabalhadores rurais, pescadores artesanais, mulheres, ambientalistas e ONG's formada em 2012.

A Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe busca articular setores do campo e da cidade com o objetivo de unificar as bandeiras comuns em prol da Soberania Alimentar.

Com o lançamento pela FAO do Ano Internacional da agricultura Familiar e sua preocupação prioritária em erradicar a fome e a pobreza na América Latina e Caribe as diversas organizações que compõem a Aliança consideraram importante reunirem-se para debater quais são as principais considerações que os movimentos sociais têm sobre essas importantes questões.

A primeira consideração que a Aliança destacou é que a terminologia agricultura familiar é insuficiente. Atualmente o setor que produz alimento em pequena escala e contribui com a soberania e segurança alimentar dos povos latino americanos e caribenhos são homens e mulheres, agricultores familiares, camponeses, indígenas e pescadores artesanais.

Os movimentos sociais reconhecem e valorizam os esforços da FAO em erradicar a fome e a pobreza. No entanto, não se pode resolver um problema sem atacar as suas causas. O modelo de produção e comercialização industrial de larga escala baseado na monocultura e utilização de agrotóxicos e adubos sintetizados foi o grande causador da concentração de terra e renda, que expulsou milhares de pessoas do campo e junto com ela exterminou culturas e biodiversidade; além da contaminação ambiental: seres humanos, cursos d'água, solos.

É por isso que os movimentos sociais reafirmam que somente com soberania alimentar será possível erradicar a fome e a pobreza no campo e para isso a FAO deve considerar a agricultura de pequena escala de produção de alimentos saudáveis como parte importante da solução desses grandes problemas que assolam a humanidade: a fome e a pobreza.

Nesse sentido, a Conferência declarou alguns pontos centrais a serem considerados pela FAO no próximo período. Dentre eles está a demarcação das terras indígenas; a efetivação da reforma agrária integral; a priorização de políticas públicas que promova a soberania alimentar (pequenas indústrias de processamento, desenvolvimento da pesca artesanal, alimentação escolar, políticas estatais de subsídios e compras públicas); a garantia dos direitos dos trabalhadores assalariados rurais e o fim do trabalho escravo.

Para além do debate a ser feito pela via institucional a partir do diálogo com a FAO, os integrantes da Aliança reafirmaram o seu compromisso em continuar a luta incessante pela

produção de alimentos saudáveis, defendendo a terra, as sementes crioulas, preservando a biodiversidade, protegendo o meio ambiente e alimentando a humanidade.

Por Dayana Mezzonato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e da Via Campesina

Veja também a declaração do encontro (em Espanhol) em [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas_especiales/IV Conferencia Especial para la Soberania Alimentaria/Declaracion sobre la Biodiversidad para el Sustento %21Debemos detener ya la d](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas_especiales/IV_Conferencia_Especial_para_la_Soberania_Alimentaria/Declaracion_sobre_la_Biodiversidad_para_el_Sustento_%21Debemos_detener_ya_la_destruccion_de_las_bases_de_nuestra_subsistencia)
[estruccion de las bases de nuestra subsistencia](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas_especiales/IV_Conferencia_Especial_para_la_Soberania_Alimentaria/Declaracion_sobre_la_Biodiversidad_para_el_Sustento_%21Debemos_detener_ya_la_destruccion_de_las_bases_de_nuestra_subsistencia)

Publicado em 10 jun, 2014. Incluído no Boletim 202 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/alianca-pela-soberania-alimentar-dos-povos-da-america-latina-e-caribe/>

Brasil: o manejo comunitário da floresta e do cerrado, em defesa dos territórios e da soberania alimentar

Desde os tempos coloniais, a história da posse da terra no Brasil tem sido marcada pela expulsão de indígenas, quilombolas (1) e camponeses dos seus territórios por latifundiários, incluindo empresas. Esse processo de *desterritorialização* fez com que, hoje, o Brasil tenha uma população urbana que beira os 85%, e enfrente uma das distribuições de terras mais desiguais do mundo. Outra consequência do processo é a quebra dos laços das comunidades com seus territórios e biomas. Muitas novas gerações de indígenas, quilombolas ou camponeses já não podem conhecer e realizar um modo de vida baseado na rica diversidade de plantas e animais em alguns dos principais biomas do país, como a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Cerrado – este, a savana brasileira.

No entanto, nem sempre os latifundiários conseguiram romper esses laços existentes entre comunidades e seus territórios. A resistência e a teimosia de muitas comunidades falaram mais alto! Em busca da liberdade e de reverter o quadro de violências e perdas, muitos camponeses, quilombolas e indígenas resistiram e se organizaram para lutar, visando não só reconquistar seus territórios, mas também mostrar que o uso e o manejo que fazem deles, atrelados à biodiversidade local, são algo muito mais benéfico para essas comunidades, para as economias locais e para a natureza do que a chamada “agricultura moderna”. Aliás, a agricultura camponesa tradicional, baseada na agroecologia e usando sistemas agroflorestais, é um contraste sem precedentes com as extensas pastagens, geralmente pouco produtivas, e as monoculturas em larga escala que usam altas quantidades de venenos e adubos químicos – o que predomina hoje na paisagem rural no Brasil e se destina, na grande maioria, à exportação. Essa agricultura chamada “moderna” causa a morte de muita gente pelo uso intensivo de venenos, agravado com o uso de sementes transgênicas. Por outro lado, a agricultura camponesa, indígena e quilombola gera soberania alimentar e estimula a vida nos territórios, sendo responsável por 75% de todos os alimentos consumidos pelo povo brasileiro.

Citamos aqui alguns exemplos de lutas realizadas no Brasil (2) que, mais do que de buscar garantir os direitos territoriais, conseguiram fortalecer e motivar as comunidades envolvidas, além de inspirar outras, porque, paralelamente à luta pela terra, implementaram um uso capaz de gerar vida e diversidade, autonomia e soberania alimentar, autossustentação e renda. As comunidades envolvidas têm conseguido, a partir do manejo comunitário do seu território, fortalecer a resistência, proporcionando avanços na luta árdua para garantir o controle sobre esse território.

Vereda Funda, Minas Gerais: a luta contra a monocultura de eucalipto

Mais de 30 anos atrás, uma área superior a um milhão de hectares na região norte de Minas Gerais foi tomada por empresas que exploram a monocultura de eucalipto para a produção de carvão, fonte de energia para as indústrias de ferro-gusa. As empresas queriam principalmente as áreas planas conhecidas como chapadas. Essas terras eram usadas pelas comunidades tradicionais da região, chamadas de *geraizeiras*, para soltar o gado e para a coleta de muitos frutos e plantas medicinais do Cerrado. Como resultado da invasão do eucalipto, as comunidades ficaram presas nos vales, e seus cursos d'água e nascentes secaram. Cada vez que tentavam coletar lenha nas chapadas, elas eram privadas da liberdade de ir e vir em seu próprio território e até mesmo criminalizadas.

Motivadas pelos encontros promovidos pela *Rede Alerta contra o Deserto Verde*, várias comunidades do norte de Minas Gerais, incluindo as 130 famílias da comunidade de Vereda Funda, começaram a se organizar para recuperar seu território, que havia sido arrendado pelo governo estadual para a Companhia Florestaminas. Após o término do contrato e inspirada por outras lutas, a comunidade se mobilizou em 2005 e, com o apoio da Via Campesina, reocupou seu território tradicional de cerca de 5.000 hectares.

Depois de muita luta, confronto e perseguição, a comunidade conquistou o controle da área, pressionando o Estado de Minas Gerais para transferi-la ao Incra – a instituição federal para a reforma agrária – e estabelecer um assentamento agroextrativista. No assentamento, cada família terá sua própria área para plantar, e também haverá áreas coletivas para produção agroextrativista e pastoreio. Com apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas e do Centro de Agricultura Alternativa de Minas Gerais, a comunidade elaborou um plano de reocupação do território e um mapa indicando onde a vegetação de cerrado deveria ser reabilitada e onde as roças seriam plantadas. A recuperação do seu território deu novo alento à comunidade, principalmente aos membros mais velhos, já que, depois que as plantações de eucalipto foram removidas, as nascentes estão fluindo novamente e os animais selvagens estão voltando. A liberdade foi uma das principais conquistas da comunidade.

Hoje, membros da comunidade de Vereda Funda praticam sistemas agroflorestais e voltaram a plantar, eles próprios, seus alimentos – milho, feijão, mandioca e outras culturas. Eles pretendem expandir a produção de alimentos de forma agroecológica, substituindo a monocultura de eucalipto, que é dependente de produtos químicos. As mulheres da comunidade, que participaram ativamente da luta, deram início a uma indústria de fabricação de geleias, gerando renda e criando empregos para si e suas famílias.

Antonino e Guaraqueçaba, estado do Paraná: a luta contra um projeto do tipo REDD

Desde o final da década de 1990, um projeto de carbono florestal tem afetado fortemente dezenas de comunidades tradicionais, como *caiçaras* (3), indígenas e quilombolas, nos municípios de Antonino e Guaraqueçaba. Este projeto é hoje considerado pelo Serviço Florestal Brasileiro como uma das “ações de REDD que têm gerado bons resultados”.

Mas o projeto de carbono, promovido pela ONG Brasileira de preservação da natureza SPVS, gerou a expulsão das comunidades tradicionais na região, uma das áreas de Mata Atlântica mais conservadas do Brasil. O fato das áreas serem tão bem conservadas se deve exatamente à presença das comunidades na região, que sempre buscaram viver em harmonia com a floresta, fazendo pequenas roças para sustentar as famílias e outras atividades extrativas que nunca levaram à destruição da floresta.

O projeto da SPVS, em parceria com a ONG norte-americana *The Nature Conservancy* (TNC), culpava as comunidades pela destruição da floresta e começou a persegui-las para que não mais tocassem na floresta, proibindo a pesca, a agricultura, a caça, etc. Várias pessoas já foram presas

em consequência da perseguição pela polícia, que atua junto à SPVS. Mas, na realidade, o desmatamento foi causado por fazendeiros que exploravam a área para lucrar com a criação de búfalos.

Uma das comunidades, Rio Pequeno, se organizou com a ajuda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ocupou uma área usada por seus membros, mas cujo título pertencia a um grande fazendeiro que estava prestes a vendê-la à SPVS. Nesta área, bastante degradada pelo desmatamento causado pelo fazendeiro, a comunidade não só resistia às tentativas da polícia de tirar as famílias, mas também começou a implementar coletivamente um sistema agroflorestal. O sistema foi um sucesso porque conseguiu não só garantir a recuperação da área, mas, ao mesmo tempo, gerar renda para as famílias da comunidade, consorciando frutíferas com diversas outras culturas para alimentação da comunidade e comercialização na região. Hoje, o assentamento produz neste sistema para um programa de alimentos do governo federal que abastece, por exemplo, as escolas públicas na região.

Trata-se de uma experiência de não só resistir aos projetos REDD, mas também mostrar a importância de se organizar cada vez mais e de formular e implementar propostas em defesa dos territórios para que estes continuem sob controle das comunidades, mostrando como é possível viver bem e, onde for preciso, recuperar a terra, garantindo autonomia e soberania alimentar às comunidades. Hoje, busca-se criar uma rede solidária entre todas as comunidades afetadas pelo projeto REDD na região e fortalecer a resistência.

Região do Baixo Parnaíba, Maranhão: a luta contra as plantações de biomassa da Suzano

Dezenas de comunidades tradicionais no Baixo Parnaíba, no estado do Maranhão, tiveram seus territórios invadidos nos últimos anos pela empresa Suzano, que desmatou e plantou eucalipto nas áreas de chapada na região, uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica no Nordeste do país. O objetivo da Suzano é produzir os chamados “*pellets*” de madeira para exportação a usinas de geração de energia de biomassa na Inglaterra, sugerindo desta forma a geração de uma “energia renovável”.

A devastação causada pela Suzano tem pouco de “renovável” porque vem destruindo milhares de árvores, inclusive o bacuri, símbolo das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba, de cujo fruto tudo se aproveita. Sua polpa é transformada em um suco delicioso e nutritivo, além de a venda proporcionar uma renda importante para as comunidades, pois a fruta é muito apreciada nos centros urbanos do estado. Sua casca ou semente podem se transformar em saboroso doce ou geleia. As sementes também são usadas na fabricação de óleo para tratamento de dermatoses e a fruta também pode ser aproveitada como anti-inflamatório. Trata-se de uma árvore misteriosa e envolvente, ainda pouco pesquisada, como é o caso de todo o ambiente do Cerrado do Baixo Parnaíba. O Cerrado, a exemplo do bacurizeiro, impõe seu próprio passo e dá ritmo aos seres humanos que querem usufruir da sua abundância. Os moradores locais, seguindo o ritmo do Bacuri, costumam esperar até que as frutas maduras caiam no chão para fazer a coleta. Quem “derruba” as frutas ainda no pé tem a certeza de que obterá menos polpa e de que a árvore não dará frutos no ano seguinte. É assim que os moradores das chapadas do Baixo Parnaíba aprendem sobre os limites da natureza e, acima de tudo, sobre a importância de respeitá-los.

Ao mesmo tempo em que têm resistido ao avanço do eucalipto, colocando-se em frente às máquinas usadas para desmatar o Cerrado, as comunidades têm desenvolvido pequenos projetos coletivos de manejo intensivo do bacuri para melhorar sua renda e fortalecer a cultura num exato momento que ela se encontra ameaçada. Pequenas áreas com o bacuri manejado podem proporcionar uma renda boa para os moradores. Estes reclamam do conceito vigente de produtividade aplicado pelos técnicos do Estado, geralmente agrônomos, os quais, muitas vezes, consideram o Cerrado “improdutivo”, não levando em conta seus milhares de bacurizeiros e pequizeiros carregados de frutas valiosas, o babaçu, que oferece um azeite excelente, os buritizeiros, cujas frutas rendem um valioso doce, e as pequenas roças nos baixões, onde os

moradores plantam tudo misturado – arroz, mandioca, feijão, milho, abóbora, melancia. Na visão predominante do técnico, produtividade se traduz em grandes monoculturas, em um alto uso de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos. Mas ninguém nas comunidades do Baixo Parnaíba come eucalipto, e a soja, outra monocultura em larga escala, tampouco faz parte do seu “cardápio”.

Considerações finais

O manejo comunitário com sistemas agroflorestais – uma tradição secular, indígena, no continente – tem mostrado, por sua diversidade de árvores, inclusive frutíferas, uma capacidade muito grande de proporcionar não só a recuperação e a conservação da terra, mas também uma base alimentar para a família e até mesmo para as economias locais ao longo do ano. As três experiências relatadas valorizam a alta biodiversidade e os valores fundamentais dos biomas para as comunidades tradicionais. Pensando e aprimorando essas experiências na prática, enquanto lutam pelo território, essas comunidades brasileiras têm na mão mais uma arma importante para enfrentar a luta desigual com empresas e outros latifundiários apoiados, sem exceção, pelos governos. Essas comunidades merecem o reconhecimento das suas práticas por parte da sociedade e dos governos como um caminho viável para enfrentar as múltiplas crises com que a humanidade hoje se depara.

Notas: (1) quilombolas são comunidades tradicionais, descendentes de africanos que foram levados à força para o Brasil nos tempos coloniais, para exercer trabalho escravo. (2) artigos de boletim e relatórios estão disponíveis no site do WRM com mais informações sobre as experiências destas comunidades; (3) população tradicional que vive na região litorânea do Sudeste e do Sul do país.

Publicado em 1 nov, 2013. Incluído no Boletim 195 - <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-o-manejo-comunitario-da-floresta-e-do-cerrado-em-defesa-dos-territorios-e-da-soberania-alimentar/>

Sobre o WRM. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) é uma organização criada em 1986 que, com seu trabalho sobre florestas e os temas relacionados com as plantações, contribui a alcançar o respeito para os direitos das comunidades locais sobre suas florestas e territórios. O WRM faz parte de um movimento global por mudanças sociais, que aponta para conseguir a justiça social, o respeito aos direitos humanos e a conservação do meio ambiente.

O WRM atua para garantir as terras e meios de vida dos povos que dependem das florestas, e apoia esforços para defender as florestas contra a extração comercial de madeira, as barragens, a mineração, as plantações, as empresas de cultivo de camarão, a colonização e outros projetos que as ameaçam, entre os quais está também o REDD que abre a possibilidade de introduzir ainda mais florestas em mercados financeiros e, de forma mais geral, o pagamento de e comércio em serviços ambientais.

Sobre a RECOMA. A Rede Latinoamericana contra os Monocultivos de Árvores (RECOMA) é uma rede descentralizada de organizações da América Latina, criada em 2003 com o objetivo básico de coordenar atividades a nível regional contra a expansão das plantações industriais de árvores, seja para a produção de madeira e celulose, seja para óleo de dendê ou ainda para funcionar como “estoques de carbono”. Ao mesmo tempo, RECOMA busca apoiar alternativas social e ambientalmente sensíveis, baseadas em iniciativas comunitárias.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido totalmente ou parcialmente sem autorização prévia. No entanto, o WRM deve ser corretamente citado e informado de qualquer reprodução.

Montevideo, setembro de 2014

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)
Secretariado Internacional
Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay
Tel / fax: +598 2413 2989
correo electrónico: wrm@wrm.org.uy
web: <http://www.wrm.org.uy>

Esta publicação foi possível graças à
colaboração da Fundação Siemenpuu

